

Diário do Legislativo de 21/03/2009

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho – PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana – DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique – PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Weliton Prado – PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro – PSDB

2º-Secretário: Deputado Hely Tarquínio – PV

3º-Secretário: Deputado Sargento Rodrigues – PDT

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - 18ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

1.2 - Reunião de Comissões

2 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

2.1 - Plenário

3 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

4 - COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO SR. PRESIDENTE

5 - MANIFESTAÇÕES

6 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

7 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATAS

ATA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 19/3/2009

Presidência do Deputado José Henrique

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata - Correspondência: Ofícios - 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Proposta de Emenda à Constituição nº 51/2009 - Projetos de Lei nºs 3.119 a 3.124/2009 - Requerimentos nºs 3.473 a 3.487/2009 - Comunicações: Comunicações das Comissões de Educação, de Administração Pública, de Direitos Humanos, de Minas e Energia, do Trabalho, de Assuntos Municipais, de Cultura e de Turismo e do Deputado Zé Maia - Oradores Inscritos: Discursos dos Deputados Almir Paraca, Weliton Prado, Padre João e Getúlio Neiva - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições - Comunicação da Presidência - Leitura de Comunicações - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Alberto Pinto Coelho - José Henrique - Weliton Prado - Dinis Pinheiro - Sargento Rodrigues - Adalclever Lopes - Adelmo Carneiro Leão - Ademir Lucas - Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Braulio Braz - Carlin Moura - Carlos Gomes - Dalmo Ribeiro Silva - Délio Malheiros - Dimas Fabiano - Djalma Diniz - Eros Biondini - Fahim Sawan - Getúlio Neiva - Gláucia Brandão - Inácio Franco - Ivair Nogueira - João Leite - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Maria Tereza Lara - Neider Moreira - Padre João - Rêmoló Aloise - Rômulo Veneroso - Ronaldo Magalhães - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Tenente Lúcio - Vanderlei Miranda - Walter Tosta - Wander Borges.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado José Henrique) - Às 14h14min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Fase (Expediente)

Ata

- O Deputado Dalmo Ribeiro Silva, 2º- Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Correspondência

- O Deputado Getúlio Neiva, 1º-Secretário "ad hoc", lê a seguinte correspondência:

OFÍCIOS

Do Sr. Sérgio Machado Rezende, Ministro da Ciência e Tecnologia, prestando informações relativas ao Requerimento nº 2.732/2008, dos Deputados Luiz Tadeu Leite e Gil Pereira.

Do Sr. Dilzon Melo, Secretário de Desenvolvimento Regional, prestando informações relativas ao Requerimento nº 3.131/2008, da Comissão de Assuntos Municipais.

Do Sr. Leonardo Machado de Lima Reis, Presidente da Câmara Municipal de Rio Preto, encaminhando reivindicação do Vereador Antônio Márcio Vieira, aprovada por esse Legislativo, com vistas a que seja analisada a situação do produtor rural da Zona da Mata. (- À Comissão de Política Agropecuária.)

Do Sr. José Elcio Santos Monteze, Diretor-Geral do DER-MG, prestando informações relativas ao Requerimento nº 3.140/2008, da Comissão de Participação Popular.

Do Sr. Carlos Alberto Pavan Alvim, Subsecretário da Casa Civil, prestando informações relativas aos Projetos de Lei nºs 2.243 e 2.561/2008, em atenção a pedidos da Comissão de Justiça. (- Anexem-se o ofício e as notas técnicas aos respectivos projetos de lei.)

Do Sr. Carlos Alberto Pavan Alvim, Subsecretário da Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 3.141/2008, do Deputado Almir Paraca.

Do Sr. Pely Cipriano, Subsecretário de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, da Presidência da República, comunicando celebração de convênio entre a União e a Secretaria de Desenvolvimento Social, destinado à implementação do Centro de Apoio a Vítimas de Crimes. (- À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição Estadual, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Do Sr. Edison Feital Leite, Juiz de Direito, prestando informações relativas ao Requerimento nº 3.351/2009, da Comissão de Direitos Humanos.

Do Sr. Gilmar de Assis, Promotor de Justiça e Coordenador do CAO-Saúde, prestando informações relativas ao Requerimento nº 3.173/2008, da Comissão de Saúde.

Do Sr. Vítor Donizetti da Silva, Diretor da Escola Municipal Antônia Garcia Vilela, de Nepomuceno, solicitando o apoio desta Casa com vistas à cobertura da quadra esportiva da referida Escola. (- À Comissão de Educação.)

Do Sr. Danilo dos Santos Pereira, Presidente do Sindicato dos Delegados de Polícia do Estado de Minas Gerais - Sindepo-Minas -, solicitando que esta Casa se posicione favoravelmente à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 14/2007. (- Anexe-se à Proposta de Emenda à Constituição nº 14/2007.)

Do Sr. Felipe Augusto Cardoso Soledade, Presidente da Associação dos Defensores Públicos de Minas Gerais - Adep -, comunicando a nova composição dos Conselhos Diretor, Fiscal e Consultivo dessa instituição.

Do Sr. Demóstenes Barbosa da Silva, Diretor de Meio Ambiente e Créditos de Carbonos da AES Tietê, apresentando, para apreciação desta Casa, o projeto Reflorestamento com Espécies Nativas das Bordas dos Reservatórios da AES Tietê, em atendimento ao disposto na Resolução nº 1, da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima. (- À Comissão de Meio Ambiente.)

Do Sr. Carmo César de Campos Carneiro, Professor da Escola Estadual Dona Queridinha Bias Fortes, de Guaxupé, solicitando providências para a situação dos servidores efetivados pela Lei nº 100, de 6/11/2007, os quais, segundo afirma, apesar da efetivação, ainda terão de se submeter a concurso. (-À Comissão de Educação.)

Da Sra. Sandra Lúcia Lagares, de Contagem, solicitando que a tarifa social da Copasa-MG seja estendida a todas as pessoas que consomem pouca água, independentemente do tamanho do imóvel em que moram. (- À Comissão de Defesa do Consumidor.)

Do Sr. Sidney Aparecido Gonçalves de Melo, manifestando indignação pela situação, que descreve, dos candidatos ao cargo de Agente de Segurança Penitenciário aprovados no concurso de 2007. (À Comissão de Administração Pública.)

De Daily Gomes dos Santos, solicitando a aprovação do projeto de lei do Deputado Diniz Pinheiro que classifica a visão monocular como deficiência visual. (-Anexe-se ao Projeto de Lei nº 2.462/2008.)

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de Proposições

O Sr. Presidente - A Mesa passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

- Nesta oportunidade, são encaminhadas à Mesa as seguintes proposições:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 51/2009

Dá nova redação ao § 1º do art. 60 da Constituição do Estado.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprova:

Art. 1º - O § 1º do art. 60 da Constituição do Estado de Minas Gerais passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 60 - (...)

§ 1º - Na constituição da Mesa e na de cada comissão é assegurada, tanto quanto possível, a participação proporcional dos partidos políticos ou dos blocos parlamentares representados na Assembleia Legislativa, bem como a representação proporcional entre Deputados e Deputadas, assegurando-se, ao menos, uma vaga para cada sexo."

Art. 2º - Esta emenda à Constituição entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 19 de março de 2009.

Cecília Ferramenta - Adelmo Carneiro Leão - Ademir Lucas - Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Carlin Moura - Carlos Pimenta - Dalmo Ribeiro Silva - Delvito Alves - Djalma Diniz - Domingos Sávio - Doutor Viana - Durval Ângelo - Fábio Avelar - Getúlio Neiva - Gláucia Brandão - José Henrique - João Leite - Leonardo Moreira - Luiz Humberto Carneiro - Maria Lúcia Mendonça - Maria Tereza Lara - Padre João - Paulo Guedes - Rosângela Reis - Rêmoló Aloise - Sebastião Helvécio - Vanderlei Miranda - Weliton Prado.

Justificação: As mulheres vêm ocupando, a cada dia, mais espaço na sociedade, o que desencadeia uma mudança nas relações entre homens e mulheres. Hoje é comum a presença das mulheres em postos de trabalho anteriormente ocupados apenas por homens. Na iniciativa privada, como no meio público, as mulheres têm assumido cargos no primeiro escalão, expurgando definitivamente o preconceito e a tese da inferioridade profissional.

Na composição do Poder Legislativo Estadual, a diferença na proporção entre homens e mulheres ainda é grande. Apesar de serem maioria na sociedade mineira, as mulheres ainda possuem poucas representantes na Assembleia Legislativa. Para mudar essa realidade e estimular as mulheres a assumir os espaços de poder, a Assembleia, em parceria com entidades voltadas para a defesa e promoção dos direitos das mulheres, tem promovido campanhas de conscientização e qualificação das mulheres.

Até que essa realidade seja modificada e possamos contar com um Poder Legislativo proporcionalmente equilibrado, fazem-se necessárias ações afirmativas com o objetivo de garantir a participação das Deputadas nas instâncias de poder, seja na composição da Mesa da Assembleia, seja na composição das Comissões temáticas.

Em sintonia com as mudanças propostas no Congresso Nacional através da Proposta de Emenda à Constituição nº 590/2006, da Deputada Luiza Erundina e outros, que busca promover o equilíbrio numérico entre homens e mulheres na composição dos órgãos das casas legislativas federais, apresentamos esta proposição, que tem o objetivo de adequar a nossa Constituição Estadual a uma nova realidade vivida por todos os mineiros e por todas as mineiras.

Por todos estes motivos, e contando com a sensibilidade e o espírito republicano fundado no princípio da proporcionalidade, conto com o apoio dos nobres pares com o objetivo de aprovar esta proposta de emenda à Constituição, que certamente será um marco histórico na luta pela igualdade entre homens e mulheres.

- Publicada, vai a proposta à Comissão Especial, para parecer, nos termos do art. 201 do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.119/2009

Declara de utilidade pública o grupo Jocum - Jovens com uma Missão, com sede no Município de Pitangui.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o grupo Jocum - Jovens com uma Missão, com sede no Município de Pitangui.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 19 de março de 2009.

Neider Moreira

Justificação: O grupo Jocum - Jovens com uma Missão - atende a todos os requisitos da Lei nº 15.430, de 2005. Situada no Município de Pitangui, a entidade realiza atividades assistenciais, beneficentes e filantrópicas, de acordo com suas finalidades estatutária e social.

Em face do exposto, apresento este projeto de lei para apreciação dos meus nobres pares.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188 c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.120/2009

Declara de utilidade pública a Fundação de Apoio e Assistência SOS Criança, com sede no Município de Uberlândia.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Fundação de Apoio e Assistência SOS Criança, com sede no Município de Uberlândia.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 19 de março de 2009.

Weliton Prado

Justificação: A Fundação de Apoio e Assistência SOS Criança é uma entidade de natureza essencialmente filantrópica, sem fins lucrativos nem prazo indeterminado, com sede e foro na cidade de Uberlândia.

O principal objetivo da entidade é o apoio e a assistência a crianças e adolescentes carentes mantidos sob seu amparo e de outras entidades congêneres, através de atividades de esporte e lazer; palestras e orientações; atividades artísticas e culturais; cursos profissionalizantes que promovam a capacitação de jovens para inclusão social, saúde, cidadania e meio ambiente; criação de bibliotecas; promoção de ações socioeducativas; criação de creches, ensino fundamental, pré-educacionais; cursos educacionais e profissionalizantes; fornecimento de atendimento médico, dentário, psicológico e jurídico; assessoria técnica, jurídica, contábil e recursos humanos; entre outras atividades assistenciais.

Saliente-se, por fim, que a entidade presta serviço gratuito, permanente e sem nenhuma discriminação de clientela nos projetos, nos programas e nos benefícios de assistência social.

Ante o exposto, torna-se imperativa a aprovação deste projeto por nossos ilustres pares.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 130, inciso I do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.121/2009

Declara de utilidade pública a Associação Renascer para a Vida, com sede no Município de São Sebastião do Paraíso.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Renascer para a Vida, com sede no Município de São Sebastião do Paraíso.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 19 de março de 2009.

Antônio Carlos Arantes

Justificação: A principal finalidade da Associação Renascer para a Vida consiste em prestar serviços que possam contribuir para a recuperação de dependentes químicos (em álcool e drogas). Além disso, atende aos requisitos legais para ser declarada de utilidade pública, razão pela qual solicitamos a aprovação desta proposição.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Saúde, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.122/2009

Acrescenta o art. 17-A à Lei nº 14.309, de 19 de junho de 2002, que dispõe sobre as políticas florestal e de proteção à biodiversidade no Estado.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - A Lei nº 14.309, de 19 de junho de 2002, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 17-A:

"Art. 17-A - O procedimento de recomposição de reserva legal estabelecido pelo inciso I do art. 17 desta lei, se adotado na área de domínio do bioma mata atlântica, em propriedade ou posse rural com área total de até 30ha (trinta hectares), ou, quando localizada no Polígono das Secas, de até 50ha (cinquenta hectares), poderá ser realizado com a utilização de espécie florestal de interesse econômico destinada à exploração comercial.

§ 1º - O cultivo a que se refere o "caput" deste artigo será realizado em consórcio com espécies nativas em faixas intercalares e sob manejo de baixo impacto indicado em protocolo técnico emitido pelo órgão ambiental competente ou em projeto aprovado por este, vedado o corte raso e respeitada a regeneração natural da área.

§ 2º - O disposto neste artigo poderá ser aplicado à propriedade ou à posse com área superior aos limites estabelecidos no "caput" deste artigo desde que a exploração comercial da espécie florestal de interesse econômico seja limitada a um ciclo de produção."

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 19 de março de 2009.

Braulio Braz

Justificação: A recomposição da reserva legal em imóveis rurais que não mantiveram sua cobertura natural é uma obrigação do seu proprietário, explicitada no arcabouço legal do meio ambiente das esferas federal e estadual. A matéria é fonte continuada de polêmica, desde que instaurada, em virtude de seus antecedentes e do ônus que envolve.

O proprietário atual de terras se sente descompromissado, uma vez que, historicamente, a ocupação das áreas selvagens do País, com destaque para a região da mata atlântica, se consolidava com a "limpeza" do solo, ou seja, o desmatamento. O óbvio resultado dessa tradição se apresenta hoje na forma de propriedades que não mantiveram nada ou quase nada de suas coberturas naturais. A ausência de políticas públicas de conservação ambiental ao longo das décadas e mesmo dos séculos passados aliada à implementação de políticas de colonização e estímulo à alteração do uso do solo, até mesmo nas áreas de preservação permanente - APPs - , com o fim de ampliar e modernizar a produção agrícola, agravam a situação.

Por outro lado, o custo da recomposição, "strictu sensu", da vegetação nativa é elevado e, geralmente, incompatível com a capacidade financeira dos produtores rurais, o que é um impeditivo para o sucesso de qualquer política que busque a ampliação da área de cobertura vegetal de um território.

Os proprietários, pressionados pelas exigências legais de averbação de reserva legal e pela necessidade de manter a viabilidade econômica de suas propriedades, desistem de acessar recursos oficiais. Tratados muitas vezes como malfetores ambientais, os produtores culpam o governo de cobrar deles uma dívida que é de toda a sociedade, visto que os benefícios da restauração ambiental das áreas de campo beneficiam indiretamente a todos os cidadãos. A população rural, atualmente menos de 15% do total da população do Estado, tem posse de cerca de 95% do seu território, o que justifica a discussão sobre o financiamento público de recomposição das áreas necessárias à proteção da biodiversidade e dos recursos hídricos, ambos meios fundamentais para a sustentabilidade de toda a sociedade.

Em especial na área de ocorrência do bioma mata atlântica em Minas Gerais, é significativa a degradação da biodiversidade, e a dinâmica fundiária reduziu à condição de pequena propriedade rural a esmagadora maioria das propriedades. Felizmente, o conhecimento e os meios hoje disponíveis para o plantio de espécies nativas desse bioma, aliado à sua capacidade de regeneração natural permitem a recomposição. A possibilidade de aliar a silvicultura comercial ao plantio de espécies florestais nativas, em faixas alternadas, apresenta-se como uma opção economicamente viável e tecnicamente aceitável. A viabilidade legal dessa composição de interesses encontra-se expressa no § 3º do art. 16 do Código Florestal, Lei Federal nº 4.771, de 1965. Esse dispositivo, acrescido pela Medida Provisória nº 2.166, de 2001, reconhece a situação fundiária e a baixa conservação da biodiversidade nas pequenas propriedades e autoriza o cômputo de plantios industriais, mesmo quando utilizadas espécies exóticas, cultivadas em sistema intercalar ou consórcio com espécies nativas, conforme transcrito a seguir:

§ 3º - Para cumprimento da manutenção ou compensação da área de reserva legal em pequena propriedade ou posse rural familiar, podem ser computados os plantios de árvores frutíferas ornamentais ou industriais, compostos por espécies exóticas, cultivadas em sistema intercalar ou em consórcio com espécies nativas.

Uma vez permitido o manejo continuado de espécies florestais de interesse econômico em reserva legal de pequenas propriedades, ou seja, de até 30ha na Região Sudeste, a mesma composição de espécies, tecnicamente, tem sua aplicação válida também em propriedades de área superior. Nesse caso, porém, propomos a limitação do cultivo da espécie comercial na reserva legal a um ciclo econômico de 20 a 30 anos, tempo suficiente para garantir o estabelecimento das faixas de vegetação nativa e o desenvolvimento do sub-bosque, além de se constituir numa atividade econômica capaz de financiar a recomposição.

Entendemos que esse conjunto de possibilidades técnicas, sob a tutela dos órgãos ambientais, poderá ser a chave para a efetiva recuperação de uma extensão significativa de áreas que tiveram sua produtividade reduzida ao longo do tempo em virtude da degradação do solo, das águas e da biodiversidade.

Como espécies de interesse econômico poderiam ser utilizadas espécies nativas, como a seringueira e o mogno, da mesma forma que a teca da Índia e o eucalipto no grupo das exóticas. Portanto, o recurso da utilização de espécies de reconhecido valor econômico está disponível para ser aplicado como base de financiamento para a recuperação paulatina da biodiversidade, objeto principal do instrumento reserva legal, especialmente em áreas de mata atlântica.

Pelos motivos apresentados, conto com o apoio dos parlamentares desta Casa à aprovação deste projeto de lei e com a atuação vigorosa do Executivo mineiro na implementação das medidas propostas.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Meio Ambiente para parecer, nos termos do art. 193, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.123/2009

Declara de utilidade pública o Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião do Vale do Piranga, com sede no Município de Ponte Nova.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião do Vale do Piranga, com sede no Município de Ponte Nova.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 19 de março de 2009.

Djalma Diniz

Justificação: O Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião do Vale do Piranga é entidade civil sem fins lucrativos que não remunera os membros da sua administração sob nenhum pretexto, reverte a totalidade de suas receitas apuradas à consecução de suas finalidades estatutárias e tem por objetivo fundamental promover o planejamento e a execução integrada de serviços na área da saúde, desenvolvidos na região compreendida no território dos Municípios consorciados ou jurisdicionados.

A instituição preenche, assim, os requisitos legais para ser declarada de utilidade pública, razão pela qual espero contar o apoio dos nobres

pares desta Casa Legislativa à aprovação desta proposição.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Saúde, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.124/2009

Declara de utilidade pública a Associação Meninos Israelitas - Amis -, com sede no Município de Ribeirão das Neves.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Meninos Israelitas - Amis -, com sede no Município de Ribeirão das Neves.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 19 de março de 2009.

Juninho Araújo

Justificação: A Associação Meninos Israelitas - Amis -, com sede no Município de Ribeirão das Neves, é uma entidade civil, sem fins lucrativos e tempo de duração indeterminado. Sua diretoria é formada por pessoas idôneas, que nada recebem pelo exercício de suas funções. Tem por finalidade promover o desenvolvimento e a assistência social, de forma prioritária, buscando para isso interação com organizações oficiais ou não governamentais, bem como a mobilização da sociedade civil e da iniciativa privada; proporcionar educação gratuita, alfabetização e inclusão digital e social; e promover a cultura, a defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico e a preservação do meio ambiente.

No momento em que vivenciamos tantas dificuldades enfrentadas pelas classes menos favorecidas, é mais que oportuno declarar a utilidade pública da entidade, razão pela qual conto com a anuência dos nobres colegas para a aprovação deste projeto.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

REQUERIMENTOS

Nº 3.473/2009, do Deputado Doutor Viana, em que solicita seja formulada manifestação de aplauso ao Rotary Club Internacional por seus 104 anos de fundação. (- À Comissão do Trabalho.)

Nº 3.474/2009, do Deputado Lafayette de Andrada, em que solicita seja formulado voto de congratulações com os Srs. Maurício de Oliveira Campos Júnior, Secretário de Defesa Social, e Genilson Ribeiro Zeferino, Subsecretário de Administração Prisional, pela construção do Centro de Referência à Gestante Privada de Liberdade. (- À Comissão de Direitos Humanos.)

Nº 3.475/2009, do Deputado Neider Moreira, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a comunidade de São Lourenço pelos 82 anos de emancipação desse Município. (- À Comissão de Assuntos Municipais.)

Nº 3.476/2009, do Deputado Délio Malheiros, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a Associação Mineira de Magistrados - Amagis - por seus 55 anos de fundação. (- À Comissão de Administração Pública.)

Nº 3.477/2009, da Deputada Ana Maria Resende, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a comunidade de Lontra pelo aniversário de emancipação desse Município.

Nº 3.478/2009, da Deputada Ana Maria Resende, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a comunidade de Jaíba pelo aniversário de emancipação desse Município.

Nº 3.479/2009, da Deputada Ana Maria Resende, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a comunidade de Icarai de Minas pelo aniversário de emancipação desse Município.

Nº 3.480/2009, da Comissão de Direitos Humanos, em que pleiteia sejam solicitadas à Promotoria do Patrimônio Público providências para se averiguar denúncia, formulada pelo Sr. Jonas Antônio Silva Nicolino, relativa a arbitrariedades que estariam ocorrendo na Secretaria de Educação de Ouro Preto. (- Distribuídos à Comissão de Assuntos Municipais.)

Nº 3.481/2009, da Comissão de Direitos Humanos, em que pleiteia sejam solicitadas ao Diretor do Instituto de Criminalística providências para a elaboração de um laudo sobre as condições de funcionamento do laboratório desse órgão, com especificação do tipo de material que é despejado na rede de esgoto.

Nº 3.482/2009, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita sejam encaminhados à Chefia da Polícia Civil e ao Comando-Geral da PMMG cópia das notas taquigráficas da reunião dessa Comissão em 11/3/2009 e pedido de providências para apuração de denúncia formulada pelo Sr. Jonas Antônio Silva Nicolino, relativa a ameaças que estaria sofrendo por ter relatado arbitrariedades que estariam ocorrendo na Secretaria de Educação de Ouro Preto. (- Distribuídos à Comissão de Segurança Pública.)

Nº 3.483/2009, da Comissão de Direitos Humanos, em que pleiteia seja solicitada ao Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Araucaí a agilização do proferimento da sentença no processo em que os policiais Nilmar Carvalho Costa e Rídio Soares Filho figuram como denunciados pelo crime de tortura; e seja dada ciência do requerimento ao Promotor de Justiça da Comarca.

Nº 3.484/2009, da Comissão de Educação, em que pleiteia sejam solicitadas à Secretária de Educação providências para que se estude a possibilidade do retorno da Profa. Rosiane Rodrigues de Abreu à Escola Estadual Guilhermina de Oliveira, no Município de Contagem.

Nº 3.485/2009, da Comissão de Fiscalização Financeira, em que pleiteia sejam solicitadas ao Secretário de Fazenda providências para a redução da alíquota do ICMS incidente sobre a venda de álcool combustível produzido no Estado.

Nº 3.486/2009, da Comissão de Segurança Pública, em que pleiteia sejam solicitadas à Corregedoria de Polícia Militar providências para apuração da Denúncia nº 17.533, oriunda da Ouvidoria de Polícia.

Nº 3.487/2009, da Comissão de Segurança Pública, em que pleiteia sejam solicitadas à Corregedoria de Polícia Civil providências para apuração da Denúncia nº 17.391, oriunda da Ouvidoria de Polícia.

Comunicações

- São também encaminhadas à Mesa comunicações das Comissões de Educação, de Administração Pública, de Direitos Humanos, de Minas e Energia, do Trabalho, de Assuntos Municipais, de Cultura e de Turismo e do Deputado Zé Maia.

Oradores Inscritos

- Os Deputados Almir Paraca, Weliton Prado, Padre João e Getúlio Neiva proferem discursos, que serão publicados em outra edição.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

Abertura de Inscrições

O Sr. Presidente - Não havendo outros oradores inscritos, a Presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da Presidência e de Deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

Comunicação da Presidência

A Presidência informa ao Plenário que foram recebidos e aprovados, nos termos da Decisão Normativa da Presidência nº 9, os Requerimentos nºs 3.483/2009, da Comissão de Direitos Humanos, 3.484/2009, da Comissão de Educação, 3.485/2009, da Comissão de Fiscalização Financeira, e 3.486 e 3.487/2009, da Comissão de Segurança Pública. Publique-se para os fins do art. 104 do Regimento Interno.

Leitura de Comunicações

- A seguir, o Sr. Presidente dá ciência ao Plenário das comunicações apresentadas nesta reunião pelas Comissões de Educação - aprovação, na 3ª Reunião Ordinária, em 18/3/2009, dos Projetos de Lei nºs 2.871/2008, da Deputada Gláucia Brandão, e 2.959 e 2.963/2009, do Governador do Estado, e dos Requerimentos nºs 3.417/2009, do Deputado Weliton Prado, e 3.426 e 3.427/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; de Administração Pública - aprovação, na 3ª Reunião Ordinária, em 18/3/2009, dos Requerimentos nºs 3.432/2009, do Deputado José Henrique, e 3.434/2009, da Comissão de Justiça; de Direitos Humanos - aprovação, na 4ª Reunião Ordinária, em 18/3/2009, do Requerimento nº 3.424/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; de Minas e Energia - aprovação, na 4ª Reunião Ordinária, em 18/3/2009, do Requerimento nº 3.418/2009, dos Deputados Alencar da Silveira Jr., Carlos Pimenta, Sargento Rodrigues, Sebastião Helvécio e Tenente Lúcio; do Trabalho - aprovação, na 3ª Reunião Ordinária, em 18/3/2009, dos Projetos de Lei nºs 2.811/2008, do Deputado Neider Moreira, 2.930/2008, do Deputado Ivair Nogueira, 2.931/2008, do Deputado Zé Maia, 2.940/2008, do Deputado Ademir Lucas, 2.944/2008, do Deputado Delvito Alves, 2.976/2009, do Deputado Eros Biondini, 2.983/2009, do Deputado Antônio Júlio, 2.993/2009, da Deputada Rosângela Reis, 3.007/2009, do Deputado Antônio Carlos Arantes, e 3.013/2009, do Deputado Fahim Sawan; de Assuntos Municipais - aprovação, na 4ª Reunião Ordinária, em 18/3/2009, dos Requerimentos nºs 3.423/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, e 3.438/2009, do Deputado Ademir Lucas; de Cultura - aprovação, na 3ª Reunião Ordinária, em 18/3/2009, dos Requerimentos nºs 3.425 e 3.440/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; e de Turismo - aprovação, na 2ª Reunião Ordinária, em 19/3/2009, dos Requerimentos nºs 3.431 e 3.439/2009, do Deputado Doutor Viana (Ciente. Publique-se.).

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a especial de logo mais, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 11/3/2009

Às 14h31min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Zé Maia, Jayro Lessa, Adelmo Carneiro Leão, Inácio Franco e Lafayette de Andrada, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Zé Maia, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e solicita aos membros da Comissão presentes que a subscrevam. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência publicada no "Diário do Legislativo", na data mencionada entre parênteses: ofícios dos Srs. Carlos Alberto Pavan Alvim, Subsecretário da Casa Civil (6/3/2009); Euvaldo Bittencourt Júnior, Gerente de Projeto da Secretaria Especial dos Direitos Humanos; Hipérides Ateniense, do Comitê de Acompanhamento e Análise de Propostas de Parceria Público Privadas; Sr. Max Fernandes dos Santos, Gerente Regional de Negócios da Caixa Econômica Federal (21) (7/3/2009). O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 899/2007 (Deputado Inácio Franco) e 2.763/2008 (Deputado Juarez Távora) no 1º turno. O Presidente registra a presença dos Vereadores Adilson Quintino Oliveira, Abel de Oliveira Gomes, Divino Gonçalves Pereira Júnior, Francisco Joaquim de Medeiros, Genes Freitas Tomaz, João Medeiros da Costa, Marcos Antônio Batista Xavier e Nubes Paulo Batista, da Câmara Municipal de Gurinhatã. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Registra-se a presença do Deputado Antônio Júlio. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela rejeição dos Projetos de Lei nºs 864/2007 (relator: Deputado Adelmo Carneiro Leão, em virtude de redistribuição) e 1.447/2007 (relator: Deputado Lafayette de Andrada); e pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.179/2008 com as Emendas nºs 1 e 2 (relator: Deputado Jayro Lessa). Os Deputados Adelmo Carneiro Leão e Antônio Júlio se retiram da reunião. O Projeto de Lei nº 1.121/2007 é retirado da pauta, atendendo-se a requerimento do Deputado Lafayette de Andrada, aprovado pela Comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, é aprovado o Requerimento nº 3.176/2008, e são rejeitados os Requerimentos nºs 3.151 e 3.152/2008. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão.

Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Adelmo Carneiro Leão em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para debater a situação econômica do Estado; e Antônio Júlio em que solicita seja encaminhado ao Diretor-Geral do DER-MG pedido de informações sobre o processo administrativo para locação de veículos destinados a atividades de fiscalização, especificando a modalidade licitatória, o objeto licitado e as empresas participantes. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de março de 2009.

Jayro Lessa, Presidente - Adelmo Carneiro Leão - Inácio Franco - Lafayette de Andrada.

ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 11/3/2009

Às 14h32min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Maria Tereza Lara e os Deputados João Leite e Tenente Lúcio, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado João Leite, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Tenente Lúcio, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a tratar de assuntos de interesse da Comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios do Sr. Paulo Alkmin, Ouvidor de Polícia, encaminhando cópia de denúncia sobre possível envolvimento de policiais civis lotados no Ciretran da 25ª DRPC de Poços de Caldas; e cópia do procedimento referente a denúncia nº 17.533, para encaminhamento de medidas que julgar cabíveis. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 3.011/2009 e 2.894/2008, no 1º turno (Deputada Maria Tereza Lara); 2.826/2008, em turno único (Deputado Rômulo Veneroso). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados João Leite, Rômulo Veneroso, Tenente Lúcio e da Deputada Maria Tereza Lara em que solicitam seja realizada reunião para ouvir o Sr. Maurício Campos Júnior, Secretário de Defesa Social, sobre a política de segurança do Estado; Antônio Júlio em que solicita seja realizada reunião de audiência pública, em Pitangui, para debater o aumento da criminalidade. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 17 de março de 2009.

João Leite, Presidente - Maria Tereza Lara - Tenente Lúcio - Rômulo Veneroso.

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 11/3/2009

Às 14h37min, comparecem na Sala das Comissões as Deputadas Rosângela Reis e Cecília Ferramenta e o Deputado Ronaldo Magalhães, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Carlin Moura. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Rosângela Reis, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Ronaldo Magalhães, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projeto de Lei nºs 1.055/2007, 2.954/2008 e 3.016/2009, em turno único (Deputada Cecília Ferramenta); 2.807, 2.930, 2.940, 2.942 e 2.944/2008, 2.970, 2.993, 2.999, 3.007, 3.013, 3.019, 3.022/2009, em turno único (Deputado Walter Tosta); 2.957/2008 e 2.990/2009, em turno único (Deputado Elmiro Nascimento); 2.976, 2.978, 2.982 e 2.983/2009, em turno único (Deputado Ivair Nogueira); 642/2007, em 1º turno, e 2.995/2009, em turno único (Deputada Rosângela Reis). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Na fase de discussão do parecer da relatora, Deputada Rosângela Reis, que conclui pela rejeição dos Substitutivos nºs 3 e 4 e da Emenda nº 3, apresentados, no 1º turno, ao Projeto de Lei nº 1.874/2007, a Presidente defere o pedido de vista da Deputada Cecília Ferramenta. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 2.441 com a Emenda nº 1, 2.664 e 2.892/2008 (relatora: Deputada Cecília Ferramenta); 2.742, 2.907, 2.909, 2.911, 2.915, 2.916, 2.917/2008, este com a Emenda nº 1 (relator: Deputado Walter Tosta), que receberam parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 3.411 e 3.412/2009. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 2.851, 2.875, 2.881, 2.893, 2.899/2008. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Padre João em que solicita seja realizada audiência pública, no Município de Santo Antônio do Amparo, para discutir e dar encaminhamento à situação das vítimas de acidente de trânsito ocorrido com trabalhadores rurais nesse Município; Antônio Carlos Arantes em que solicita seja realizada audiência pública para discutir a crise do setor de exploração de pedra quartzito no Município de Alpinópolis. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de março de 2009.

Rosângela Reis, Presidente - Cecília Ferramenta - Elmiro Nascimento - Ivair Nogueira - Walter Tosta.

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 11/3/2009

Às 15 horas, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Gláucia Brandão e os Deputados Juninho Araújo, Paulo Guedes e Vanderlei Jangrossi, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Gláucia Brandão, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Juninho Araújo, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante da pauta e acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 335/2007 (Deputada Gláucia Brandão) no 1º turno; 2.937/2008 (Deputado Paulo Guedes); 2.946/2008 (Deputado Juninho Araújo) e 3.006/2009 (Deputado Vanderlei Jangrossi) em turno único. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 2.906/2008 (relator: Deputado Getúlio Neiva) e 2.933/2008 (relator: Deputado Juninho Araújo), que receberam parecer por sua aprovação. Submetido a discussão e votação, é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 2.888/2008. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos da Deputada Gláucia Brandão e do Deputado Carlin Moura em que solicitam seja realizada reunião desta Comissão com o objetivo de ouvir Sr. Paulo Brant, Secretário de Estado de Cultura, para apresentar o planejamento da referida Secretaria relativo ao biênio 2009-2010, e da Deputada Gláucia Brandão em que solicita seja realizada reunião desta Comissão para colher subsídios para apreciação do Projeto de Lei nº 335/2007, de autoria do Deputado Arlen Santiago. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de março de 2009.

Gláucia Brandão, Presidente - Vanderlei Jangrossi - Getúlio Neiva - Juninho Araújo.

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 12/3/2009

Às 9h37min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Tenente Lúcio, Antônio Carlos Arantes e Braulio Braz, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Tenente Lúcio, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Braulio Braz, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante da pauta e comunica o recebimento de ofício do Sr. Ronaldo Sucato, Presidente do Sistema Ocemg publicado no "Diário do Legislativo", em 17/1/2009. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 2.901/2009 (relator: Deputado Tenente Lúcio), que recebeu parecer por sua aprovação. Submetido a votação, é aprovado o Requerimentos nº 3.378/2009. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Antônio Carlos Arantes em que solicita seja designado representante da Comissão no evento denominado "Marcha ao Café", previsto para 16 de março próximo, no Município de Varginha, em apoio ao setor cafeeiro; Carlos Pimenta em que solicita reunião de audiência pública, no Município de Montezuma para debater a revitalização do Balneário Águas Quentes; e Tenente Lúcio, Antônio Carlos Arantes e Braulio Braz em que solicitam reunião de audiência pública com a Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial para debater os efeitos da crise econômica na cadeia produtiva do café. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de março de 2009.

Tenente Lúcio, Presidente - Carlos Gomes.

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 12/3/2009

Às 14h30min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Maria Lúcia Mendonça e os Deputados André Quintão e João Leite, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado André Quintão, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado João Leite, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar assuntos de interesse da Comissão e comunica o recebimento de correspondência publicada no "Diário do Legislativo", na data mencionada entre parênteses: ofício do Sr. Joaquim Alves de Andrade, Desembargador Coordenador do Projeto Novos Rumos na Execução Penal (6/3/2009). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento do Deputado João Leite em que solicita seja realizada reunião de audiência pública, para discutir os problemas apresentados pela comunidade do Bairro Jardim Colonial, no Município de Ribeirão das Neves, bem como verificar o cumprimento do termo de ajustamento de conduta celebrado entre o Ministério Público do Estado de Minas Gerais, a RSM Empreendimentos Imobiliários Ltda. e o referido Município. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de março de 2009.

André Quintão, Presidente - Eros Biondini - Ademir Lucas.

ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 13/3/2009

Às 11 horas, comparecem na Câmara Municipal de Estrela do Sul os Deputados Tenente Lúcio e Carlos Gomes, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Tenente Lúcio, declara aberta a reunião, dá a ata por aprovada e determina aos membros da Comissão presentes que a subscrevam. A Presidência informa que a reunião se destina a debater temas relacionados ao turismo no Município de Estrela do Sul e região. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir os Srs. Lycurgo Rafael Farani, Prefeito Municipal de Estrela do Sul; Francisco de Assis Castro Coelho, Presidente da Câmara Municipal de Estrela do Sul; Gustavo Rabelo Neto, Coordenador de Cultura, Esportes, Lazer e Turismo da Prefeitura de Abadia dos Dourados, representando Cátia Maria de Aguiar Lemes, Prefeita desse Município; Dilson Dalpiáz Dias, Secretário de Turismo do Município de Uberlândia; Daniel Soares, Superintendente do Sindicato dos Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de BH; e Hernani de Castro Júnior, Vice-Presidente da Federação dos "Conventions e Visitors Bureau" de Minas Gerais, que são convidados a tomar assento à mesa. O Presidente, Deputado Tenente Lúcio, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de março de 2009.

Tenente Lúcio, Presidente - Eros Biondini - Carlos Gomes.

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 17/3/2009

Às 10h3min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Fábio Avelar, Sávio Souza Cruz, Irani Barbosa e Carlos Gomes, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Fábio Avelar, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Irani Barbosa, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta e discutir e votar proposições da Comissão. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 16/2007 (parecer sobre emendas) e 2.771/2008 (Deputado Fábio Avelar); 159/2007 (Deputado Gil Pereira); 1.029/2007 (Deputado Irani Barbosa); 1.505/2007 (Deputado Almir Paraca); 1.970/2007 e 2.858/2008 (Deputado Sávio Souza Cruz), no 1º turno; e 40/2007 (Deputado Sávio Souza Cruz) e 492/2007 (Deputado Gil Pereira), no 2º turno. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 3.401/2009. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é rejeitado o requerimento do Deputado Doutor Viana em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para debater o Projeto de Lei nº 2.771/2008, com voto contrário do Deputado Fábio Avelar. Registra a presença do Deputado Almir

Paraca. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Délio Malheiros em que solicita seja realizada reunião de audiência pública na cidade de Minas Novas com o intuito de discutir soluções para preservação do Rio Fanado; Sávio Souza Cruz em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para discutir o andamento das providências necessárias para a execução da alça viária de interligação da BR-356 à MG-30, entre Belo Horizonte e Nova Lima, autorizada pela Lei nº 18.042, de 2009, e Gil Pereira em que solicita seja realizada reunião de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Minas e Energia, na cidade de Montes Claros, para discutir as reais necessidades para a produção de biodiesel no Norte mineiro. São recebidos pela Presidência requerimentos dos Deputados Almir Paraca em que solicita seja realizada visita técnica nas cidades de Sapucaí-Mirim, Camanducaia e Itapeva, onde estão localizadas as nascentes do Rio Jaguarí, para conhecer a realidade desses mananciais; e Sávio Souza Cruz em que solicita seja realizada audiência pública para discutir a aprovação e implantação do loteamento Vila Castela II, no Município de Nova Lima. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de março de 2009.

Fábio Avelar, Presidente - Carlos Gomes.

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 18/3/2009

Às 9h13min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Durval Ângelo, Antônio Genaro e Antônio Júlio (substituindo este ao Deputado Vanderlei Miranda, por indicação da Liderança do PMDB), membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, a Deputada Gláucia Brandão e o Deputado Doutor Rinaldo. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento da Deputada Gláucia Brandão, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante da pauta e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofício da Sra. Beatriz Affonso, Diretora do Centro pela Justiça e o Direito Internacional - Cejil -, do Rio de Janeiro, encaminhando à Comissão um exemplar do livro intitulado "Implementação das Decisões do Sistema Interamericano de Direitos Humanos: Jurisprudência, Instrumentos Normativos e Experiências Nacionais. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela rejeição da Emenda nº 1 ao Projeto de Lei nº 1.175/2007 (relator: Deputado Durval Ângelo), no 1º turno. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 3.424/2009. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos do Deputado Durval Ângelo (9) em que solicita seja encaminhado ao Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Araçuaí, Sr. Walter Zwicker Eilsail Júnior, pedido de providências para agilizar o proferimento da sentença referente aos autos do Processo nº 003402006733-5, sobre prática do crime de tortura, em que figuram como denunciados os policiais Nilmar Carvalho Costa e Rídio Soares Filho, dando-se ciência ao Promotor de Justiça da Comarca, Sr. Fabrício Costa Lobo desse requerimento; seja encaminhada à Promotoria do Patrimônio Público pedido de providências com relação a denúncia de arbitrariedades que estariam ocorrendo na Secretaria Municipal de Educação de Ouro Preto, apresentada na reunião realizada em 11/3/2009, por Jonas Antônio Silva Nicolino; sejam encaminhados à Chefia da Polícia Civil e ao Comando-Geral da PMMG cópia das notas taquigráficas da reunião de 11/3/2009 e pedido de providências para apuração dos fatos relatados por esse cidadão; sejam encaminhados à Promotoria do Patrimônio Público, à Secretaria de Defesa Social e à Chefia da Polícia Civil cópia das notas taquigráficas da reunião de 16/3/2009 e pedido de providências para a apuração dos fatos relatados referentes ao processo de licitação para aquisição de invólucros destinados a coleta de provas utilizados pelos profissionais da perícia técnica do Estado; seja encaminhado ao Diretor do Instituto de Criminalística pedido de providências para a elaboração de um laudo sobre as condições de funcionamento do laboratório desse órgão, especificando que tipo de material é despejado na rede de esgoto; sejam encaminhadas ao Presidente da Associação Brasileira de Criminalística cópias das notas taquigráficas e da gravação da reunião de 16/3/2009, para análise das questões relacionadas com a situação dos profissionais da perícia técnica no Estado; seja encaminhada ao Escritório de Direitos Humanos cópia das notas taquigráficas da reunião de 29/5/2008, para que seja analisada a possibilidade de ajuizar ação em favor do filho da Sra. Raimunda Mendes Pereira Antunes, relativamente a denúncia de erro médico; seja reiterado pedido de providências encaminhado ao Comando-Geral da PMMG e à Corregedoria da Polícia Militar, constante no Ofício nº 978/2007/SGM, que se refere a atos de abuso de autoridade que teriam sido praticados contra o Sr. Donald Antônio de Castro Pedroso; seja realizada reunião, para, em audiência pública com convidados que menciona, debater o Programa Vila Viva, da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de março de 2009.

Durval Ângelo, Presidente - Antônio Genaro.

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 18/3/2009

Às 9h38min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Carlos Mosconi, Carlos Pimenta e Doutor Rinaldo, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, a Deputada Rosângela Reis e o Deputado Adelmo Carneiro Leão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Carlos Mosconi, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Carlos Pimenta, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir a situação atual da epidemia de dengue no Estado, bem como as medidas adotadas para seu combate. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir os Srs. Giovanini Evelim Coelho, Coordenador-Geral do Programa Nacional de Dengue, representando José Gomes Temporão, Ministro da Saúde; Luiz Felipe Caram Guimarães, Subsecretário de Vigilância e Saúde da SES, representando Marcus Pestana, Secretário de Estado de Saúde; Francisco Lemos, Gerente de Vigilância Ambiental da SES; Marcelo Gouvêa Teixeira, Secretário Municipal de Saúde de Belo Horizonte; e Carlos Eduardo Ferreira, Presidente do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento de Estudos do Setor de Saúde - IBDESS -; e a Sra. Gilvânia Westin Cosenza, médica epidemiologista da Gerência de Vigilância em Saúde, os quais são convidados a tomar assento à mesa. O Presidente, como autor do requerimento que deu origem ao debate, faz suas considerações iniciais e, em seguida, concede a palavra ao Deputado Carlos Pimenta, co-autor do requerimento. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Neider Moreira em que solicita seja formulado ao Secretário de Estado de Saúde, Sr. Marcus Pestana, pedido de sugestão de criação de comissão para solucionar os conflitos relativos às questões de saúde do Município de Itaúna; Carlos Pimenta solicitando a realização de audiência pública para debater o funcionamento da Fundação Hemominas; Adalclever Lopes em que pede o encaminhamento, ao Secretário de Estado de Saúde, Sr. Marcus Pestana, de solicitação de instalação de uma unidade da Hemominas no Município de Caratinga; Eros Biondini, em que solicita a realização de reunião conjunta com as Comissões de Participação Popular e do Trabalho, Previdência e Ação Social, para ouvir o Subsecretário de Políticas Antidrogas, Sr. Cloves Benevides, a respeito do Centro de Referência em Álcool e Drogas - Cread -; Hely Tarquínio em que solicita a realização de audiência pública para debater o funcionamento e gargalos do Tratamento Fora do Domicílio - TFD, do SUS-Fácil, e sua respectiva regulação; e Carlos Mosconi (2) em que solicita seja encaminhado ofício à Secretaria de Saúde informando que o Hospital Governador Israel Pinheiro não está realizando cirurgia histeroscopia para remoção de pequenos pólipos intra-uterinos, por falta de aparelho específico; e seja realizada reunião para debater a eficiência terapêutica e as vantagens econômicas da ecoescleroterapia com espuma no tratamento de varizes. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, dos convidados e do público em geral, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião extraordinária de amanhã, dia 19, no Município de Divinópolis, para debater o déficit de leitos hospitalares nesse Município, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de março de 2009.

Carlos Mosconi, Presidente - Doutor Rinaldo - Domingos Sávio

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Assembleia Legislativa

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembleia para as 9 horas do dia 23/3/2009, destinada à realização do 8º Fórum das Águas - ciclo de debates "Avanços e desafios da política das águas em Minas Gerais".

Palácio da Inconfidência, 20 de março de 2009.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 2.952/2008

Comissão de Saúde

Relatório

De autoria do Deputado Lafayette de Andrada, o projeto de lei em tela visa a declarar de utilidade pública a Associação dos Diabéticos de Santos Dumont, com sede nesse Município.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 2.952/2008 pretende declarar de utilidade pública a Associação dos Diabéticos de Santos Dumont, que possui como finalidade precípua coordenar, dar proteção e orientar as pessoas portadoras de diabetes residentes na localidade. Procura, dessa maneira, melhorar sua condição de vida, conscientizando-as sobre a importância de um tratamento adequado e do controle da doença.

Para alcançar suas metas, promove palestras e eventos para divulgar meios preventivos e de convivência com a doença; oferece medicamentos a pacientes carentes; estimula seus associados a aderir às práticas de lazer, esporte e cultura, através de parcerias com entidades afins.

Isso posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.952/2008.

Sala das Comissões, 19 de março de 2009.

Fahim Sawan, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 3.016/2009

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado André Quintão, o projeto de lei em tela visa declarar de utilidade pública a Pastoral do Menor da Paróquia Nossa Senhora de Montes Claros e Beato José de Anchieta, com sede nesse Município.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.016/2009 pretende declarar de utilidade pública a Pastoral do Menor da Paróquia Nossa Senhora de Montes Claros e Beato José de Anchieta, com sede nesse Município, que possui como finalidade precípua prestar assistência às crianças e adolescentes carentes, na faixa etária de 7 a 17 anos, residentes na localidade.

A entidade promove ações nas áreas educacional, social, cultural, de lazer e de saúde; prepara os adolescentes para o mercado de trabalho, oferecendo-lhes cursos profissionalizantes, e celebra convênios com órgãos públicos e entidades privadas, visando ampliar e subsidiar suas iniciativas.

Dessa maneira, disponibiliza para os seus assistidos um ambiente saudável, visando melhorar suas condições de vida e bem-estar.

Isso posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.016/2009 em turno único.

Sala das Comissões, 18 de março de 2009.

Cecília Ferramenta, relatora.

COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO SR. PRESIDENTE

COMUNICAÇÃO

- O Sr. Presidente despachou, em 19/3/2009, a seguinte comunicação:

Do Deputado Zé Maia, notificando o falecimento da Sra. Ana Cássia Rodrigues, ocorrido no dia 18/3/2009, em São Paulo. (- Ciente. Oficie-se.)

MANIFESTAÇÕES

MANIFESTAÇÕES

A Assembléia Legislativa aprovou, nos termos do art. 103, III, "b" a "d", do Regimento Interno, as seguintes manifestações:

de congratulações com o Sr. Carlos Alberto Teixeira de Oliveira por sua eleição para o cargo de Presidente do Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças de Minas Gerais - Ibef-MG (Requerimento nº 3.217/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com a Cooperativa Agropecuária Vale do Rio Doce por seus 50 anos de fundação (Requerimento nº 3.220/2009, do Deputado Jayro Lessa);

de congratulações com a Associação Comercial de Governador Valadares por seus 70 anos de fundação (Requerimento nº 3.221/2009, do Deputado Jayro Lessa);

de congratulações com os Srs. Paulo César Bontempo e Airton da Silva Machado pela inauguração, em Sete Lagoas, da concessionária de automóveis Alliance Automobili - Citroën (Requerimento nº 3.222/2009, do Deputado Jayro Lessa);

de aplauso ao Sr. Roberto Noronha Filho, Presidente do Belo Horizonte Convention & Visitors Bureau e criador do projeto BH Espera por Você (Requerimento nº 3.249/2009, do Deputado Ademir Lucas);

de congratulações com o Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças de Minas Gerais - Ibef-MG - pela posse de sua diretoria para o biênio 2009-2011 (Requerimento nº 3.291/2009, do Deputado Jayro Lessa);

de congratulações com a Sra. Carmen Rocha Dias, Presidente do Conselho Estadual da Mulher, pela passagem do Dia Internacional da Mulher (Requerimento nº 3.404/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com o Cel. PM Eduardo de Oliveira Chiari Campolina por sua posse no Comando da 14ª Região da PMMG (Requerimento nº 3.406/2009, do Deputado Doutor Viana).

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 17/3/2009

O Deputado Tenente Lúcio* - Sr. Presidente, Deputados, na primeira vez que ocupo a tribuna da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, inicialmente gostaria de agradecer a Deus proporcionar-nos estar aqui como Deputado pela metade do mandato. Agradeço também a todos os Deputados e Deputadas, sem exceção, a maneira como fui recebido. Agradeço a cada companheiro de trabalho, a cada assessor desta Casa Legislativa a forma cordial, atenciosa, respeitosa como aqui fui recebido. Agradeço ao meu partido, ao meu Líder, Deputado Carlos Pimenta; aos Deputados Sargento Rodrigues, Alencar da Silveira Jr. e Sebastião Helvécio a confiança e a indicação de meu nome para presidir a Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo da Casa.

É motivo de grande satisfação estarmos aqui hoje como Deputado. Se Deus quiser, suplência nunca mais, como disse meu amigo e professor Deputado Sebastião Helvécio. Peço a Deus que me abençoe e me dê saúde para trabalhar, porque disposição sempre tive. Eu, que sou filho de Uberlândia, oriundo de Exército Brasileiro, fui Vereador por quatro mandatos com muito honra e, por três mandatos, presidi a Câmara Municipal de Uberlândia e fui Secretário Municipal de Esportes nas administrações Paulo Ferola da Silva e Virgílio Galasso. Logo que assumimos nossa vaga na Assembleia, optamos por conhecer todos os Secretários de Estado. Gostaria de fazer um agradecimento a todos os que já visitamos, conhecemos e já temos como amigos. Quero agradecer a Manoel Costa, Secretário Extraordinário para Assuntos de Reforma Agrária, nosso Presidente licenciado do PDT; a Marcus Pestana, Secretário de Saúde; a Simão Cirineu, Secretário de Fazenda; a Rafael Guimarães, que à época era Secretário de Desenvolvimento Econômico interino, hoje o atual Secretário é o Sr. Sérgio Barroso; a Gilman Rodrigues, Secretário de Agricultura, com quem estivemos com o Prof. Anastasia, Vice-Governador, na cidade de Monte Carmelo; Frederico Pacheco, Secretário Adjunto de Governo; Vanessa Guimarães, Secretária de Educação; Dílzon Melo, Secretário de Desenvolvimento Regional e Políticas Urbanas; Renata Vilhena, Secretária de Planejamento e Gestão; Antonio Augusto Anastasia, Vice-Governador; Gustavo Correa, Secretário de Esporte e da

Juventude; Agostinho Patrús Filho, Secretário de Desenvolvimento Social; Érica Drumond, Secretária de Turismo - abro um parêntese para dizer que, logo na primeira vez em que estivemos juntos, por eu estar na Presidência da Comissão de Turismo, ela nos convidou a conhecer Monte Verde, no Sul de Minas; estivemos juntos com todos os Presidentes e pessoas envolvidas no Circuito Turístico de Minas Gerais; agradeço-lhe muito -; Paulo Eduardo Brant, Secretário de Cultura; Fuad Noman, Secretário de Transportes e Obras Públicas; José Carlos Carvalho, Secretário de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Danilo de Castro, Secretário de Governo; José Elcio, Diretor do DER. Ficaram faltando somente Maurício Campos, Secretário de Defesa Social; a Deputada Elbe Brandão, Secretária de Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha, Mucuri e Norte de Minas; Alberto Duque Portugal, Secretário de Ciência e Tecnologia. Acredito que esta semana terminaremos a nossa peregrinação para conhecermos todos os Secretários de Estado.

Agradeço do fundo do meu coração a cada um desses Secretários pela maneira respeitosa, gentil, eficaz com que nos receberam em seus gabinetes. Aproveito a oportunidade para cumprimentar os Prefeitos que estão aqui na Assembleia agora, em nosso gabinete. Refiro-me ao nosso amigo Pedrão, Prefeito de Iraí de Minas, com o Vereador licenciado e hoje Secretário de Saúde, nosso amigo Heleno; o Prefeito Rener, de Indianópolis, que está em nosso gabinete também; o nosso querido Vereador Lusmar. Enfim, cumprimento a todos os Prefeitos e Vereadores que já estiveram em nosso gabinete. Há alguns Deputados com mais experiência, com mais mandatos, que preferem trabalhar com as macrolideranças e com os Prefeitos. Fui Vereador por quatro mandatos e sei o quanto é difícil sê-lo e quanto é difícil ganhar uma eleição. Tenho, assim, um carinho muito especial por atender e entender o que passa, o que sente, o que sofre um Vereador.

O Deputado Carlos Pimenta (em aparte) - Muito obrigado. Em primeiro lugar, quero falar-lhe da satisfação, como Líder do nosso partido, o PDT, em recebê-lo como membro da nossa agremiação. V. Exa. inicia o seu mandato como Deputado ocupando um cargo de importância e de destaque, a Presidência da Comissão de Turismo. Com certeza esta Casa estará muito bem representada, pois sabemos que capacidade não lhe falta para tal. Mais do que isso, queremos falar da impressão que todos tivemos de V. Exa. Comentava, agora há pouco, com os Deputados Fábio Avelar, Wander Borges, Ronaldo Magalhães, Adelmo Carneiro Leão e Carlos Gomes sobre essa impressão que tivemos ao recebê-lo aqui na Assembleia. V. Exa. é um Deputado cortês, amigo, educado, competente, organizado e articulado. Isso é muito importante. A bancada do Triângulo Mineiro ganha um valioso membro, Deputado, para, mais uma vez, engrossar a representatividade da região. Assim, ganham esta Casa, o Triângulo e, principalmente, o nosso partido. Receba, pois, os nossos votos de boas-vindas, a nossa satisfação pessoal em tê-lo como membro da nossa bancada. Tenha a certeza de que estaremos perfilando juntos ao longo desses anos, ajudando na sua representação política, com a pouca experiência que temos, para que V. Exa. possa firmar-se nesta Casa e conquistar mais um mandato.

Termino, meu caro Deputado Tenente Lúcio, cumprimentando os Vereadores de Capelinha que aqui estão e nos vieram visitar: Cléber, Laerte, Zezinho e Gedelson. São da Oposição e já estão aqui preocupados. Cumprimento os Vereadores de Capelinha e, mais uma vez, ressalto a nossa satisfação de ter V. Exa. como membro da valorosa Bancada do PDT. Muito obrigado.

O Deputado Tenente Lúcio* - Agradeço ao nosso Líder do PDT, Deputado Carlos Pimenta, que é médico e ocupa a Vice-Presidência da Comissão de Saúde desta Casa, cujo trabalho é muitíssimo importante.

O Deputado Sargento Rodrigues (em aparte) - Quero corroborar as palavras do Líder da nossa bancada, Deputado Carlos Pimenta, e revelar a V. Exa. a alegria de recebê-lo aqui. Ao assumir seu mandato, certamente V. Exa. contribuirá muito com o trabalho desta Casa, porque possui grande experiência. V. Exa. já foi Vereador em Uberlândia por quatro mandatos e, por três vezes, Presidente da Câmara Municipal, o que o qualifica ainda mais para estar aqui conosco somando experiências e contribuindo para o aprimoramento das políticas públicas do Poder Executivo Estadual e na formatação das nossas proposições.

A presença de V. Exa. na nossa bancada nos dá a certeza de que ganhamos mais um Deputado, que, com essa experiência, contribuirá cada vez mais com o PDT aqui na Assembleia. Portanto, é com muita alegria e satisfação que nós, do PDT, recebemos V. Exa. como um grande companheiro que chega para somar e, ao mesmo tempo, da mesma forma, recebe da nossa bancada o apoio, o apreço e tudo o que estiver ao nosso alcance para que o seu mandato seja cada vez mais coroado de êxito junto à sua região, o Triângulo Mineiro. Parabéns. Conte conosco. Conte com os Deputados da sua bancada e, certamente, com os demais Deputados desta Casa, que viram em V. Exa. uma pessoa firme e séria, que veio para contribuir com o Parlamento mineiro. Muito obrigado.

O Deputado Tenente Lúcio* - Agradeço as gentis e generosas palavras do nosso companheiro de partido, Deputado Sargento Rodrigues.

O Deputado Fábio Avelar (em aparte)* - Quero, Deputado Tenente Lúcio, nesta tarde, quando V. Exa. ocupa a tribuna da nossa querida Assembleia, manifestar a nossa satisfação em recebê-lo aqui. Imagine que já estávamos bastante satisfeitos com a atuação do nosso querido Deputado Sargento Rodrigues e agora ganhamos o Tenente Lúcio. Para nós, isso é motivo de grande satisfação.

Tenho acompanhado o seu trabalho e, em várias oportunidades, temos trocado várias idéias. De imediato, já identificamos a experiência que traz para esta Casa. Foram quatro mandatos de Vereador. Logo que chegou aqui, assumiu a Presidência de uma das mais importantes comissões, a Comissão de Turismo. Todos sabemos da importância dessa Comissão, principalmente ao verificarmos o potencial turístico de Minas Gerais. Em pouco tempo, V. Exa. tem demonstrado competência e capacidade para aglutinar pessoas, tornando-se grande amigo de todos os Deputados. Portanto, em meu nome e no do meu partido, o PSC, desejamos-lhe sucesso, que consiga realizar todos os seus sonhos como Deputado e que, de certa forma, corresponda à confiança depositada na sua pessoa como Deputado. Conte com o amigo e companheiro. Posso dizer, com grande satisfação, que, em tão pouco tempo, já nos tornamos grandes amigos. Muito obrigado. Parabéns.

O Deputado Tenente Lúcio* - Agradeço ao Deputado Fábio Avelar pelas palavras e, principalmente, por ter eu herdado de V. Exa. a Comissão de Turismo. V. Exa. trabalhou muito bem, aliás deixou a janela do ICMS para o turismo, com a abertura e o apoio de todos os Deputados desta Casa. Hoje, com muita honra, daremos prosseguimento ao seu trabalho.

Sr. Presidente, gostaria de tecer um comentário e um elogio ao Prefeito de Uberlândia, Odelmo Leão, que ontem levou a nossa cidade duas grandes autoridades, duas grandes personalidades: o Vice-Governador Antonio Anastasia e o Ministro das Comunicações Hélio Costa. Ainda ontem contamos com a presença do Vice-Governador em uma mesa de trabalho que tratou das verbas que o Hospital Municipal de Uberlândia está recebendo do Estado, cerca de R\$28.000.000,00, e da Prefeitura também, R\$8.000.000,00 - e é lógico que esse valor será estendido -, para a construção do nosso hospital municipal. O Vice-Governador, representando o Governador Aécio Neves, foi para assistir à inauguração, na Rede Globo de Televisão, da TV Integração, a digitalização da Rede Globo, que foi implantada ontem e contou com a presença do Dr. Tubal de Siqueira e Silva, da Diretoria maior da Rede Globo, entre eles Roberto Irineu Marinho. Houve participação de parte da diretoria e também do Ministro Hélio Costa. Parabenizo não só o Prefeito Odelmo Leão, mas também o Ministro Hélio Costa e o Vice-Governador. Antes de terminar, quero lamentar o episódio com o Deputado Federal Clodovil, um ídolo brasileiro, que teve aproximadamente 500 mil votos - 494 mil - e está correndo risco de morte. Segundo informações dos jornais, ele sofreu um AVC e está internado, já teve uma paralisação respiratória por mais de 5 minutos e encontra-se em coma profundo. Para quem teve quase 500 mil votos, pode ser polêmico ou não, mas eu gostaria de pedir aos nossos companheiros que reservassem um espaço nas suas orações para que o Deputado Federal Clodovil receba as bênçãos de Deus no difícil período pelo qual passa. Esperamos que ele se recupere e não tenha seqüelas. Deus é justo, sabe o que faz, e só temos de pedir a sua bênção. Muito obrigado, meus companheiros. Contem sempre com este companheiro autêntico, leal, mas digo que, antes de qualquer coisa, estou aqui aprendendo, aprendendo e trabalhando. Muito obrigado e que Deus nos abençoe.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Wander Borges* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, amigos da comunicação, o que me traz a esta tribuna é, infelizmente, um motivo extremamente triste e doloroso. Na sexta-feira próxima passada tive oportunidade de, junto a alguns manifestantes, paralisar o trecho da BR-381 que, mais uma vez, foi palco de um acidente, com seis vítimas da cidade de Caeté. O que mais nos impressiona é que há mais de 10 anos - por que não dizer, há mais de 12, 13, 14, 15 anos - fala-se na duplicação desse trecho da BR-381. Contabilizei uma série de reportagens sobre tal BR. Há mais 3 mortos e 35 feridos na BR-381, a rodovia da morte.

Venho aqui, Deputado Vanderlei Miranda, com o intuito não de procurar culpados, responsáveis, mas de traduzir o sentimento do que vi naquela sexta-feira, junto com pais e mães de jovens de vinte e poucos anos. No meio da BR, perguntavam o porquê daquela situação. Sabemos que o número de acidentes cresce geometricamente. Para se ter uma idéia, Deputado Juninho Araújo - V. Exa. sabe disso, pois anda muito por ali -, em 2007 foram registrados no trecho 1.456 acidentes, com 77 mortes e 1.146 feridos. Até quando vamos ter de suportar isso? Em 2005, a Prefeitura de Sabará perdeu ali três servidores. Se fizermos um levantamento estatístico, Deputado Ivair, verificaremos que a engenharia posta à disposição da sociedade na época está hoje ultrapassada. Há mais de 200 curvas só daqui para João Monlevade; todavia a que vemos é a mesma lengalenga. Ao chegar lá, Deputado José Henrique, para dar os pésames a um pai, a uma mãe, enfim, a uma família enlutada, dirijo-lhes apenas as palavras de conforto que brotam do fundo da minha alma, pois a dor, a angústia, enfim, o verdadeiro sofrimento que os familiares de uma vítima sentem só eles, Deputado Carlos Mosconi, podem mensurar.

O Deputado Vanderlei Miranda (em aparte) - Quero parabenizá-lo por tratar desse tema nesta Casa, bem como manifestar o meu apoio às suas palavras e minha solidariedade aos pais e às mães enlutados. Nós, que temos filhos na mesma faixa etária - como é meu caso -, nos condoemos, sentimos compaixão dessas famílias, ao vermos uma cena daquelas. Há cerca de dois anos, foi instalada nesta Casa a Frente Parlamentar em Defesa da Duplicação da BR-381, da qual fazemos parte eu, V. Exa. e outros pares desta Casa. Recebemos a notícia de que os trabalhos de duplicação seriam iniciados em 2009, mas agora ouvimos, por meio da imprensa, que eles só começarão em 2010. Será que, de fato, o governo federal começará essa duplicação em 2010? Se isso acontecer, poderemos parar de receber e dar notícias tão trágicas de acidentes, principalmente no trecho Belo Horizonte-João Monlevade, que é o mais crítico, incluindo-se também o trecho João Monlevade-Governador Valadares, onde ontem, mais uma vez, aconteceu um terrível acidente, que ceifou mais vidas na rodovia que podemos chamar de assassina, embora ela, em si, não faça mal nem bem. Na verdade, o que lá acontece depende da responsabilidade de quem nela transita. Portanto deixo aqui minhas palavras de solidariedade, e registro minha disposição para, junto a V. Exa. e ao grupo que formou a Frente, trabalharmos, não darmos sossego, e tirarmos o sono do governo federal no que se refere a essa duplicação. Obrigado, Deputado Wander Borges.

O Deputado Ronaldo Magalhães (em aparte) - Também o parabenizo por trazer à tona esse assunto tão importante para Minas e para o Brasil. Nessa estrada, trafegam pessoas que vão para o Nordeste, para o Espírito Santo, para o Norte de Minas e para o Sul e que vêm de São Paulo. Ela atende praticamente a quase todo o Brasil. Nós, que transitamos por essa estrada quase diariamente, ao longo dos últimos 15 anos, sempre vemos acidentes. Esse assunto é de responsabilidade, sim, do governo federal e precisa ser resolvido rapidamente pelo DNIT. Percebemos que não há a solução do problema. Há três anos, foi iniciado um projeto básico para essa estrada, mas até hoje não caminhou. O Executivo ainda está licitando o projeto, e não se sabe quando a obra será iniciada. Para complicar um pouco mais, a Agência Nacional de Transportes Terrestres está se colocando também nesse meio para possivelmente licitar essa estrada. Se isso acontecer, não teremos obra tão cedo. Imediatamente colocarão um pedágio, e pagaremos para morrer nessa estrada. Deixo aqui o meu apoio à sua fala. Nós, que somos da Frente pela Duplicação da BR-381, temos de estar unidos e buscar junto ao governo federal uma solução mais imediata e urgente, para que famílias parem de morrer na BR-381.

O Deputado Wander Borges* - Deputado Juninho Araújo, quando eu concluir o meu pensamento, concederei aparte a V. Exa.

No ano passado, estivemos lá. Diz aqui, no jornal: "Frente Parlamentar...". Temos de tomar uma decisão mais firme. Temos de propor uma paralisação como a que foi feita na sexta-feira próxima passada, que contou com o apoio dos caminhoneiros, dos motoristas, que, apesar do sol escaldante, estavam do lado dos manifestantes, porque entendem a necessidade. Não sei mais qual caminho tomar. Falta um pouco de vergonha, porque o que acontece ali é digno de uma vergonha nacional. Ora, afinal de contas, vamos esperar o quê? Que, daqui a pouco, mais pessoas... Neste momento, deve estar alguém morrendo novamente nessa estrada. E é só conversa. Onde está o posicionamento firme do Ministério dos Transportes e do DNIT? Essa questão é institucional e deve ser vista como prioridade absoluta. Ela não interessa apenas aos mineiros. Essa rodovia tem praticamente 900km de extensão, e 25% da população de Minas gravita no seu eixo. São 310km que temos de BH a João Monlevade e Valadares. Meus amigos, 43% da economia de Minas passa por essa rodovia.

Juninho, você é daquela região e está aqui também nesta fotografia; com o Deputado Ronaldo, a Deputada Elisa Costa, hoje Prefeita de Valadares, e a Deputada Rosângela, temos de voltar para lá e efetivamente paralisar a rodovia até que alguém nos dê respostas concretas sobre a duplicação dessa estrada. O povo não pode morrer à mercê da irresponsabilidade dos governantes.

O Deputado Juninho Araújo (em aparte) - Deputado Wander Borges, faço coro com suas palavras e o parabenizo pela sua fala. Sou um dos Deputados que mais passam por essa estrada. Ontem mesmo, à noite, vim por ela do interior de Timóteo para cá. Estivemos com o Ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, em 2007, quando ele garantiu à nossa Comissão de Transporte que já havia dotação orçamentária de recursos do governo federal para fazer essa estrada. A promessa realmente foi feita naquele momento para que as obras se iniciassem agora, em 2009.

Está um jogo-de-empurra, e culpo o governo federal por essa demora. Sugiro ao Presidente Lula e ao Ministro dos Transportes que, caso não tenham competência, passem a obrigatoriedade da duplicação dessa estrada, sua concessão e seus recursos ao governo estadual. As obras de responsabilidade do governo do Estado realmente acontecem. O Governador Aécio Neves planejou asfaltar todas as estradas das cidades mineiras e está cumprindo o cronograma, que segue o programa elaborado pelo governo, o Proacesso. Até 2010, todas as cidades de Minas Gerais estarão ligadas por asfalto.

No governo federal só se fazem promessas, enquanto a BR-040, a rodovia da morte, continua matando, e a BR-381 se transformou numa carnificina. Na semana passada morreram vários estudantes nessa estrada. Todos os dias acontecem acidentes naquele trecho. Eu, que passo, no mínimo, quatro vezes por semana por essa estrada, sei que ela é realmente de dar medo a qualquer cidadão.

Eis nosso apelo ao governo federal. A denúncia feita há pouco pelo Deputado Ronaldo Magalhães é verdadeira. Estive conversando com um funcionário do DNIT, o qual confirmou as palavras de S. Exa. Atualmente o governo está estudando a possibilidade de cobrar pedágio nas estradas, o que será inviável. Segundo o primeiro levantamento, o pedágio por eixo nessa rodovia custará R\$26,00. Esse custo inviabilizará sua duplicação.

O momento de agirmos é agora. Precisamos conclamar todos os pares desta Casa. Embora seja uma rodovia federal, está em território mineiro. Caso o governo federal não tenha competência nem interesse em realizar essa obra, que passe os recursos e a gestão dessa estrada ao governo estadual, que, com certeza, será capaz de fazê-lo. Muito obrigado, Deputado Wander Borges.

O Deputado Wander Borges* - Caso não tenham condição de realizar a obra, é preferível passá-la para a iniciativa privada. Privatizem a estrada ou façam o que for necessário, pois é preferível gastar dinheiro a perder vidas.

O Deputado Gustavo Valadares (em aparte)* - Agradeço o aparte, Deputado Wander Borges. Cheguei agora de uma reunião da Comissão de Transporte. Faço coro com as palavras de V. Exa. e as do Deputado Juninho Araújo. É impressionante o descaso com que o governo federal trata as rodovias, especialmente as de Minas. Em Minas ocorrem mais mortes que nos demais Estados, por possuímos a maior malha viária do Brasil. Impressiona-me o governo Lula dizer que no País tudo vai bem, quando sabemos existirem situações de total calamidade, como a da BR-381. Não se passam sequer três dias sem que recebamos infeliz notícia acerca de vidas ceifadas nessa rodovia. Há má-vontade e indisposição do Sr. Presidente da República e do seu Ministro dos Transportes, ao qual tive oportunidade, juntamente com o Deputado Juninho Araújo, de visitar, quando pude constatar que ele está vestido apenas de sua vaidade pessoal, não tendo nenhum projeto para resolver o problema das estradas federais, que cortam nosso país e estão em péssimas condições.

O Deputado Wander Borges* - Sr. Presidente, concluindo minha fala informo a todos que ainda voltarei, nas próximas reuniões, a falar sobre a construção do anel, que poderia ser a solução para tirar o trânsito pesado entre Betim e o Distrito de Ravena, a fim de melhorar um pouco a situação de calamidade da BR-381. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado André Quintão* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectadores que acompanham a TV Assembleia, Belo Horizonte sediará, nesta quarta-feira, na parte da manhã, um ato de mobilização muito importante.

Uma mobilização diretamente relacionada com os reflexos já apresentados da crise econômica internacional, que, infelizmente, atinge os setores mais pauperizados e desprotegidos da população. Trata-se da mobilização dos catadores de materiais recicláveis de Minas Gerais.

Conhecemos a dimensão global da crise que emergiu e que é de responsabilidade do núcleo do capitalismo moderno. Uma crise que revela o fracasso do sistema capitalista brutal, que oprime as pessoas e coloca o lucro como valor maior e absoluto. Essa crise que está desaquecendo a produção industrial tem seus reflexos.

O segmento dos catadores de materiais recicláveis é um segmento que aponta para uma modalidade econômica das mais admiráveis, porque alia a questão ambiental à desejável coleta seletiva de resíduos sólidos e também à geração de renda para segmentos que não têm ou não tiveram acesso a melhores oportunidades de trabalho remunerado. Ele ainda aponta para a erradicação dos lixões no Estado. Hoje, os catadores de materiais recicláveis têm sua associação nacional muito bem presidida pelo companheiro de Minas Gerais, Luiz Henrique, além de possuírem associações locais muito fortes, como é o caso de Belo Horizonte, com a experiência exitosa da Asmare e de outras associações.

Esse movimento está lutando para se afirmar profissionalmente e para estabelecer uma coleta seletiva nos Municípios que gere renda e auxilie no sustento de suas famílias. Apesar disso, infelizmente, a crise econômica reduz, em determinados segmentos, a produção industrial e a procura pela matéria-prima, seja do papelão simples, seja do alumínio. Essa diminuição é superexplorada pelos chamados atravessadores. A verdade é que o preço pago, seja pelo quilo da latinha recolhida, seja pelo quilo do papelão ou do papel, caiu aproximadamente 70%. Para os senhores terem uma idéia, o quilo do papelão comum recolhido pelos catadores, que custava R\$0,25 em outubro, hoje não passa de R\$0,07. Isso aqui em Belo Horizonte, porque no interior a situação é mais complexa e difícil ainda. Esses catadores, que chegavam a auferir, com muito trabalho, R\$500,00, R\$600,00 de renda média mensal, hoje lutam para receber R\$200,00, R\$300,00.

É uma situação calamitosa, que demanda do poder público suporte e apoio e também maior consciência dos Municípios no fortalecimento dessas associações e cooperativas. Por isso, é muito importante que, em cada Município, os lixões sejam erradicados, que a disposição final dos resíduos sólidos seja adequada e que as pessoas se conscientizem, produzindo menos lixo, reciclando, a partir da coleta seletiva, o que pode ser reciclado, beneficiando o meio ambiente e os operadores da coleta seletiva e inibindo a ação de exploradores e atravessadores.

Esses catadores estarão reunidos amanhã em Belo Horizonte para participar de audiências com o governo estadual e os governos locais. Também aqui, na Assembleia Legislativa, o Vice-Presidente, Deputado Doutor Viana, receberá uma comissão dos catadores às 10h30min. E haverá uma grande passeata para a qual são esperados 1.500 catadores de materiais recicláveis, vindos de todo o Estado, que se concentrarão no Espaço José Aparecido, em frente à Assembleia, e esperam contar com a adesão não somente desta Casa, mas também de toda a sociedade.

Esperamos que a lei estadual de resíduos sólidos - Lei nº 18.031, de janeiro deste ano - seja efetivamente cumprida pelo Estado e pelos Municípios, no que lhes couber. Essa foi uma grande conquista de vários segmentos em Minas Gerais, com grande apoio desta Assembleia. Em 2005, por iniciativa nossa e do ex-Deputado Laudelino Augusto, realizamos o Seminário Legislativo Lixo e Cidadania, em que se recolheram 411 propostas, apresentadas nas audiências descentralizadas, com a finalidade de que tivéssemos uma lei estadual de resíduos sólidos. Depois da tramitação nesta Casa de um projeto apresentado pelo governo, que recebeu, em termos de conteúdo, grande contribuição de nossa parte, dos Deputados e Deputadas, e do Fórum Estadual Lixo e Cidadania, Minas Gerais já tem essa lei, que, aliás, prevê o apoio do Estado e dos Municípios às associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis.

Esperamos também que o Fundo Estadual de Resíduo Sólido seja criado e que haja uma definição clara na repartição do ICMS Ecológico - já que se aprovou na lei um incentivo para os Municípios que promovam a coleta seletiva, reservando-lhes parte maior dos recursos do ICMS. Enfim, queremos combinar uma atividade econômica fundamental, hoje exercida pelos catadores de materiais recicláveis, com a educação ambiental e com mais qualidade de vida, com a melhor disposição final do resíduo sólido.

A Assembleia vem cumprindo a sua parte. Nos últimos dois anos já aprovamos R\$550.000,00 para apoio às atividades dos fóruns regionais "Lixo e Cidadania" e das associações de catadores de materiais recicláveis. Neste momento, com essa crise econômica perversa - que, na sua origem, nada tem a ver com os pobres ou com as classes trabalhadoras mas que é de responsabilidade das elites econômicas internacionais, insensíveis, o seu impacto, infelizmente, é multiplicado e explorado por aqueles que não querem abrir mão nem um pouquinho da sua margem de lucro. Aí, a corda arrebenta para o lado mais fraco. Imaginem a situação das pessoas, muitas vezes mulheres, que catam latinhas, cujo quilo era vendido por R\$4,00 e hoje é vendido por R\$1,30. Essas pessoas não conseguem sequer ampliar demais o seu trabalho, porque a disposição física tem limites e elas já trabalham sob sol e chuva, dia e noite.

Fica, então, o nosso apoio, a nossa atenção, o nosso carinho aos catadores e, sobretudo, a nossa determinação de fazermos de tudo junto ao governo estadual e aos governos locais para que os catadores sejam atendidos emergencialmente e para que, em médio prazo, sejam ampliadas alternativas econômicas, com a incorporação desses catadores à política estadual e às políticas locais de resíduos sólidos.

Estivemos também com o Ministro de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, com quem nos reunimos em Belo Horizonte, na sede da Associação dos Catadores, no Reciclo II.

O Ministério do Desenvolvimento Social está também estudando alternativas de acolhimento e de projetos nesse momento de transição. Esperamos que o governo do Estado faça o mesmo.

Deixo aqui um apelo para os Municípios, registrando a presença do nosso amigo Flávio Leal, Prefeito de Joaíma. É muito importante que o poder local de cada Município também desenvolva a sua política local de resíduo sólido, estimule a coleta seletiva e ajude na organização das pessoas que vivem da catação de materiais recicláveis, por meio de convênio, contratação, às vezes de apoio com a cessão de um galpão e de capacitação desses trabalhadores. Cada Município, de acordo com sua disponibilidade de recurso, sua disponibilidade financeira e característica local, pode e deve apoiar essas associações.

Neste ano, por meio de recursos oriundos da Comissão de Participação Popular, a partir de junho serão realizados seminários regionais de mobilização e capacitação dos catadores em cinco regiões de Minas. É a Assembleia Legislativa fazendo a sua parte. Deixo aqui esta reflexão: o trabalho hoje executado pelos catadores tem uma dimensão social, porque se trata de pessoas que viviam nos lixões, e não é justo que um ser humano - muitas vezes crianças - viva e fique nos lixões.

Aprovamos também, na Comissão de Participação Popular, R\$300.000,00, Deputado Carlin Moura, para que o Estado promova campanhas de retirada de crianças dos lixões. Minas Gerais ainda tem 519 lixões, uma realidade absolutamente inadequada e impensável. O 3º Estado mais rico do País, politicamente importante, ainda tem essa quantidade de lixões. Temos de erradicar o lixão, implantar a coleta seletiva, trazer as pessoas dos lixões para uma atividade digna, que inclua a coleta seletiva, a reciclagem, a geração de renda, a diminuição da produção do lixo e o seu reaproveitamento, estendendo a vida útil dos aterros sanitários. Trata-se de uma visão sistêmica dentro de uma política de resíduo sólido, que beneficia em última instância o ser humano.

Deixo aqui essa reflexão, em nome da Comissão de Participação Popular. A nossa Comissão estará presente, recebendo os catadores de materiais recicláveis nesta Casa, amanhã, por volta de 10h30min, horário de previsão da chegada deles, quando sairão, em caminhada, da sede da Asmare, na Avenida Contorno. Queria deixar registrado o nosso apoio e a nossa solidariedade aos catadores de materiais recicláveis de Minas Gerais, renovando este apelo: que cada Município erradique seu lixão, que o governo do Estado disponibilize assessoramento técnico e financeiro para essa iniciativa, que as pessoas produzam menos lixos e também sejam motivadores da coleta seletiva, e que o poder público se organize para que essa coleta seja executada, preferencialmente, por intermédio das associações e cooperativas de catadores e catadoras de materiais recicláveis, diminuindo a presença do especulador, do atravessador. E que, cada vez mais, a esse material coletado seja agregado valor, e a renda do catador se amplie, o que está acontecendo hoje, na crise econômica.

Mais que falar da crise, o poder público tem de agir sobre a crise, diminuindo seus efeitos, principalmente no que diz respeito às pessoas mais humildes. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Carlos Mosconi* - Sr. Presidente, senhoras e senhores parlamentares e telespectadores da TV Assembleia, gostaria de relatar o evento SOS. Café, que foi realizado ontem, em Varginha. Contou-se com a presença muito expressiva de mais de 25 mil cafeicultores não só da região, mas também de todo o Estado e até de outros Estados da Federação. Foi um evento extremamente expressivo, pois, com a presença dos cafeicultores, consegui demonstrar o poder de mobilização e a organização do setor de café. Além disso, a disposição dos cafeicultores em pôr em discussão a sua real situação em uma praça pública de uma cidade do Sul de Minas. É extremamente calamitosa e difícil uma situação por que passam os cafeicultores do nosso Estado e do País; e já não é de agora, infelizmente vem se arrastando há muitos anos. O setor sempre esteve em busca de uma solução. Quem comanda a política de café no Brasil é o governo federal, portanto as questões são resolvidas e discutidas com maior intensidade em Brasília. Há lideranças importantes do café no Brasil: parlamentares, cooperativas fortíssimas, como, por exemplo, a Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé - Coocupé -, o Conselho Nacional do Café, entidades com grande experiência e vivência no setor, profundo conhecimento da situação e os pés no chão. Todas essas lideranças, entidades e instituições estão praticamente todos os dias em Brasília, para buscar uma solução.

Dizem que a questão é o pagamento da dívida e que é preciso prorrogá-la. Algumas vezes, isso já ocorreu. Então, Sr. Presidente e parlamentares, não se trata apenas dessas dívidas da cafeicultura, o que está agora em jogo é a cafeicultura como um todo. É uma economia extremamente complexa, de enorme tradição no nosso país, que contribuiu fortemente para o desenvolvimento do Brasil em outras épocas e que prevalece até os dias de hoje. Proporcionalmente, caro Deputado Domingos Sávio, a nossa impressão é que a cafeicultura é mais importante para Minas Gerais do que para o Brasil. O governo do Brasil não dá ao café a importância que deveria ter, do ponto de vista econômico, financeiro, de geração de renda e, sobretudo, social. São milhões de empregos gerados pela cafeicultura. Nessas regiões produtoras de café no Estado, vemos... Sou de uma delas, do Sul de Minas, que é a mais tradicional, antiga. O café tem certa característica nômade, ou seja, vai de um lugar para outro. Passou por algumas regiões e alguns Estados de nosso país e depois mudou. No Sul de Minas, não; chegou e não saiu mais. Estamos falando de algo que ocorre há mais de um século.

O Deputado Domingos Sávio (em aparte) - Agradeço imensamente ao Deputado Carlos Mosconi, parceiro e grande Líder. Tenho de ir à Comissão. Neste breve aparte, primeiramente dou o testemunho da luta de V. Exa. não apenas agora, no S.O.S. Café, mas também sempre defendendo o nosso Sul de Minas e, de um modo especial, a cafeicultura.

Estivemos presentes no encontro, a nossa Comissão de Política Agropecuária deslocou-se para Varginha, onde V. Exa. somou sua voz à dos cafeicultores, para que sejam ouvidos. Precisamos nos unir para sermos ouvidos pelo governo federal. A princípio, eu estava a caminho de Varginha, mas em Oliveira, no mesmo horário e no mesmo momento, houve uma grande concentração, com passeata, tratores, máquinas agrícolas e caminhões, tendo a mesma característica pacífica, ordeira, levando um alerta ao governo federal. Não se trata de apoiar apenas o cafeicultor, mas também o Brasil. A cafeicultura fez e faz parte da construção do País.

Sabemos hoje que, com essa crise econômica que afeta milhares de brasileiros, a cafeicultura é a solução para o desemprego. E, se continuar da forma como está, será mais um problema, porque, assim, o desemprego vai chegar ao campo. Hoje uma saca de café custa mais de R\$300,00, e o mercado não paga R\$250,00, embora o consumo tenha aumentado e não haja supersafra. Falta, sim, uma política do governo para fazer opção de compra com preço justo, e não com preço aviltado, lá em baixo, porque, assim, acabará prejudicando o setor.

Parabéns a V. Exa. Estivemos lá, na mesma luta. Vamos continuar trabalhando na Comissão de Política Agropecuária, no Plenário, e vamos a Brasília levar as reivindicações ao Presidente Lula, junto com os nossos produtores rurais. Muito obrigado.

O Deputado Carlos Mosconi* - Agradeço o aparte do Deputado Domingos Sávio, que também participou das preliminares daquela grande reunião em Oliveira, comandando o pessoal, que depois participou da reunião ocorrida em Varginha.

Concedo aparte ao Deputado Vanderlei Jangrossi, Presidente da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial desta Casa, que também esteve lá ontem.

O Deputado Vanderlei Jangrossi (em aparte)* - Deputado Mosconi, faço coro com V. Exa. Ontem, eu, V. Exa. e o Deputado Antônio Carlos Arantes estivemos representando a Assembleia Legislativa, porque os cafeicultores precisam de força. Então levamos apoio a eles, mostrando-lhes as necessidades do setor, que precisa de ajuda. E isso não se deve à crise da economia mundial, mas a uma situação que se arrasta há muitos anos. Estamos lutando, há muito tempo, para encontrar a solução.

Algumas propostas foram feitas para tentar melhorar o problema. Uma delas é aperfeiçoar o preço da saca do café, que poderia passar para, pelo menos, R\$330,00. O governo federal não precisa investir, mas, se aumentar o preço da saca, certamente o setor conseguirá pagar suas dívidas - impagáveis -, que estão arrolando há anos. Não adianta diminuir os juros para que possam pagar de uma vez, porque os produtores não têm dinheiro; não adianta aumentar o prazo por mais 20 anos; é preciso encontrar uma solução para que eles tenham condições de pagar essa dívida; é preciso que haja um preço mínimo para abater o custo da produção. Portanto, o setor precisa encontrar a solução, e a proposta já foi apresentada.

Trabalhamos para que o governo federal se sensibilize, embora o Ministério da Agricultura já tenha se sensibilizado. Porém a proposta não passa, porque, infelizmente, quando é necessário abrir as portas e oferecer melhorias, outro ministério barra a proposta. É preciso, pois, apoiar, dar forças ao setor, ajudando os cafeicultores, e não somente de Minas Gerais, mas de todo o Brasil, que está em crise, a encontrar a solução. Havia representantes de São Paulo e de outros Estados no encontro. Certamente ajudaremos a resolver a situação dos cafeicultores. Muito obrigado.

O Deputado Carlos Mosconi* - Agradeço as palavras do Deputado Vanderlei Jangrossi, a quem cumprimento por sua participação. Os Deputados Dalmo Ribeiro Silva e Carlos Gomes também participaram da reunião em Varginha. Portanto a Assembleia foi, sem dúvida alguma, representada.

Faço um parêntese para saudar, com muita satisfação, o Prefeito de Divinópolis, essa importante cidade de Minas Gerais, Vladimir Azevedo, que está nos visitando, com o seu pai, Hílrio Azevedo, ex-Vice-Prefeito. Eu os conheci há mais tempo, uma vez que foi militante do PSDB há muitos anos. É uma satisfação recebê-los nesta Casa.

Gostaria de dizer, Sr. Presidente, que essa reunião realizada em Varginha foi marcante, extremamente expressiva e mostrou a força, o poder de mobilização e a consciência do povo do café. Mostrou inclusive o alto nível de patriotismo daquele povo, que lá esteve em peso para externar sua posição, para mostrar que, dessa forma, não é mais possível conviver com essa atividade. Porém não conviver com essa atividade significa paralisar a cafeicultura no País. São pessoas que têm uma tradição secular nessa atividade e não têm outra alternativa a não ser continuar na cafeicultura.

Ouvi vários Deputados em Varginha e ouvi aqui o Deputado Vanderlei Jangrossi dizer que o Ministério da Agricultura tem sensibilidade. Acho até que tem. Havia inclusive um representante do Ministério da Agricultura em Varginha, o Sr. Manoel Bertoni, um aliado da cafeicultura, ex-Presidente de uma cooperativa de café no Estado de São Paulo, mas não é suficiente. O Ministério da Agricultura quer fazer algo, mas o Ministério da Fazenda não quer ou não permite. O governo se encontra nessa situação, e o café tem de pagar esse preço altíssimo. A verdade é que Brasília não resolveu nada. As reuniões são feitas em Brasília a toda hora, e não houve nenhum milímetro de avanço até agora. Acontece que as dívidas da cafeicultura são da ordem de R\$2.000.000.000,00, o que, diante dessa crise que está acontecendo no Brasil e em todo o mundo, é um grão de areia. Existe uma grande disposição em se resolver essa crise financeira mundial. No ano passado, os bancos tiveram um lucro gigantesco e ainda receberam dinheiro do governo para não entrarem em crise. Eles não chegaram nem a entrar em crise. As montadoras tiveram lucros exorbitantes e receberam quantias astronômicas para não entrar em crise. Houve diminuição do IPI, do IVA, para salvar a indústria automobilística. Estou de acordo, mas a crise na cafeicultura vem ocorrendo há anos e nada se fez até hoje para atenuá-la. A crise é grave, coloca os trabalhadores rurais na rua, sem outra opção de trabalho. Coloca o pequeno, o médio e o grande produtor de café na inadimplência, no Serasa. Os produtores passam a não ter condições de pagar a escola dos filhos e a farmácia no fim do mês. São pessoas que trabalham, que vivem do suor do seu trabalho, não são especuladores que vivem de brisa. E o governo federal é absolutamente insensível para resolver uma situação como essa, para tentar minimizar um problema tão grave como esse que vivemos em Minas Gerais.

Queria dizer da minha satisfação porque, na sexta-feira, estive em Machado, no Sul de Minas, onde existe um programa muito interessante de certificação de café. É um programa que muda um pouco essa questão da qualidade do café, que entra no mercado de cafés especiais, de grande qualidade, com fazendas certificadas, concursos realizados. Para encerrar, ouvi ali palavras do Secretário Gilman e do Vice-Governador, Prof. Antonio Augusto Anastasia. Procuram dar um novo sentido, talvez encontrar um novo caminho para a agricultura do País. Só queria dizer que o Brasil é o maior produtor de café do mundo. E o maior exportador de café do mundo, pasmem os senhores, é a Alemanha, que não produz sequer um grão de café. De qual café ela é a maior exportadora? Do nosso café, fruto do esforço do povo brasileiro, vendido a preço irrisório para a Alemanha, os Estados Unidos e a Itália, que manipulam nosso café, industrializam-no e o exportam para o mundo inteiro a preços exorbitantes.

Então o caminho foi traçado, e é o que queremos encontrar, desde que a economia do café seja salva. É preciso agregar maiores valores a essa atividade cafeeira. Enquanto isso não acontece, Sr. Presidente, é necessário que Minas Gerais se mobilize, e não somente os cafeicultores. O Governador mandou uma mensagem colocando-se à disposição dos cafeicultores de Minas Gerais, a fim de que possa receber as propostas aprovadas em Varginha e levá-las ao Presidente Lula, aos Ministros da Fazenda e da Agricultura, para que essa economia possa ter o devido socorro. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Muito obrigado. Saúdo o ilustre Deputado José Henrique, que preside esta reunião, os Deputados Fábio Avelar e Padre João, os amigos da TV Assembleia, os nossos assessores, todos aqueles que, da galeria, têm acompanhado o trabalho das nossas reuniões ordinárias. Sr. Presidente, entendi prudente e necessário usar o tempo que me faculta o art. 70 do nosso Regimento Interno para fazer algumas observações que entendo de grande importância para Minas Gerais e para o Brasil.

Primeiro, no dia de ontem, 16 de março, foi aniversário da minha cidade natal, Ouro Fino. Lá tivemos o prazer de recepcionar o Secretário Adjunto Gilberto Resende, que esteve participando de uma atividade muito importante, o centenário da Escola Estadual Coronel Paiva, a qual tive o prazer de frequentar nos primeiros anos de minha vida escolar. Minha querida e saudosa mãe foi professora e Diretora do referido estabelecimento de ensino por longos anos.

Em Ouro Fino tive a honra, a satisfação, a alegria e a felicidade de ver a minha saudosa e querida mãe sendo homenageada durante o centenário dessa tradicional escola. Aproveitei o momento para agradecer também a disponibilidade do caríssimo amigo e Secretário Gilberto Resende para estar presente nessa cidade, onde se encontrou com outros profissionais ligados à educação, como com nossa Superintendente, a Profª Romilda dos Reis; com Superintendentes Regionais; com o Prof. Marcelo Figueiredo, de Caxambu, e com a Profª Valéria do Carmo Borges, de Itajubá. Contamos também com participação de várias pessoas do mundo político, Vereadores, Prefeitos e ex-Diretores. Enfim, foi muito concorrida a solenidade em minha Ouro Fino, que ontem completou 260 anos de emancipação política. Também ontem a Escola Coronel Paiva completou 100 anos.

Sr. Presidente, terminada essa solenidade tão importante, dirigi-me imediatamente para Varginha, onde acompanhei, com muita alegria, um dos maiores movimentos da cafeicultura deste país. Já nos manifestamos ontem, ao concedermos entrevista coletiva, acerca desse movimento, cujo coordenador foi o Sr. Gilson Ximenes, a quem quero saudar em nome de todos os coordenadores do grande movimento SOS Cafeicultura. Como já disse, estava faltando o retrato de Varginha para Minas e para o Brasil. Cerca de 15 mil, 20 mil cafeicultores, irmanados num só sentimento, buscavam, num movimento ordeiro e pacífico, respostas às suas reivindicações. Estavam presentes as grandes bancadas ruralistas federal e estadual, assim como nossa Comissão, tão bem representada pelos Deputados Vanderlei Jangrossi, Antônio Carlos Arantes e Carlos Mosconi. Por que não dizer que aquele era um movimento cívico em defesa da cafeicultura deste país?

Sr. Presidente, é bom lembrarmos a todos neste Plenário que, durante longo tempo, na 2ª Legislatura, iniciamos um trabalho voltado para a cafeicultura do Estado, quando instalamos nesta Casa a Comissão Especial da Cafeicultura, sob a Presidência do caríssimo Deputado Paulo Piau, hoje Deputado Federal. Percorremos todas as regiões de Minas Gerais, de Machado a Manhuaçu, estando V. Exa. conosco, assim como o Deputado Sebastião Costa. Por todo o Estado ouvimos reivindicações de sindicatos e de produtores, a fim de que as reproduzíssemos, como relator que fui, numa linguagem fácil de ser entendida.

Graças a esse trabalho, pudemos entregar em mãos um relatório, em Brasília, aos ex-Ministros Palocci e Roberto, da Agricultura. Em comissão, estivemos fazendo reivindicações maiores para a cafeicultura de Minas. O tempo passou, os anos se foram, e, após ouvirmos as reivindicações de todos os segmentos da cafeicultura mineira, realizamos nosso trabalho. Da nossa parte, sempre fizemos cobranças, do alto desta tribuna, ao governo federal, em favor dessa classe tão sofrida, que agora clama, em caráter de urgência urgentíssima, do governo federal providências para o setor, diante dessa crise que assola a cafeicultura de Minas e do Brasil.

Essa é a nossa preocupação. Ontem, a cafeicultura foi retrato em todos os jornais do Estado e do Brasil, trazendo, numa só voz, o pedido de socorro ao governo federal e as ações que há muito foram introduzidas pela Assembleia Legislativa, conforme manifestamos na entrevista coletiva. Sem dúvida alguma, essas ações foram ratificadas ontem pelos depoimentos de todos os Deputados que se somaram a esse movimento, que deixou de ser apenas de Varginha para ser também de Minas e do Brasil, uma vez que se fizeram presentes muitas autoridades do mundo cafeeiro.

Onde podemos, efetivamente, encontrar uma solução? Durante a caminhada da comissão, o ilustre Deputado José Henrique teve a preocupação de levar à sua querida região de Manhuaçu - juntamente ao Deputado Sebastião Costa e tantos outros - as ações a serem destacadas, assim como ouvir seus reclamos. À época, em nosso relatório ressaltamos a preocupação do maior potencial cafeeiro do Brasil, que é Minas Gerais, com 54%. Particularmente, o Sul de Minas, que também é o braço forte da cafeicultura do Estado, ainda possui um dos melhores cafés do mundo, ganhando constantemente reiteradas premiações pela sua qualidade excepcional.

Fato é que pudemos ouvir várias intervenções, as quais, com certeza, vamos transferir a V. Exas. e também cobrar diariamente uma resposta do governo federal, para que ele abra as portas do Palácio do Planalto e do Ministério, particularmente do Ministro Mantega, a fim de que se inteirem mais de perto das ações e das lamentações tão procedentes de todos os cafeicultores que passam por essa penúria jamais vista na história da cafeicultura secular do nosso país.

Minas Gerais sempre foi, pelas suas tradições, o berço da cafeicultura. Sempre tivemos respeito pelos cafeicultores. Prova disso foi o pacto do café com leite, iniciado e firmado na minha querida cidade de Ouro Fino. E ontem pudemos assistir ao retrato dessa preocupação, de longos anos, acerca das dificuldades enfrentadas no dia-a-dia, no objetivo de que as lavouras continuem sendo perenes, como são, e também produtivas, como esperamos que sejam. Basta. Temos somente uma saída, que consiste numa ação, numa política voltada para a cafeicultura.

Na oportunidade, Sr. Presidente, em nosso relatório apresentamos sugestões para que fossem criados, dentro do Ministério da Agricultura, um Subministério, uma comissão ou uma auditoria voltada para o Ministério do Café, dada a importância, a relevância que tem o café no desenvolvimento e na geração de emprego no Estado de Minas Gerais. Reivindicações foram apresentadas, da mesma forma que muitas ações foram cobradas e solicitadas pelos bancos, mas o governo federal se omitiu, deixando, efetiva e passivamente, as ações e as cobranças que pudemos apresentar, dentro do contexto do relatório especial da cafeicultura, àquela época, já com tantas e tantas dificuldades.

Temos o melhor café do mundo e os melhores cafeicultores e empresários, além de termos o melhor clima e o melhor trabalho, labor da terra, mas falta-nos, acima de tudo, uma posição que venha ao encontro dessa necessidade. Então, que o governo nos ouça e nos atenda.

Ontem pudemos, acima de tudo, nesse movimento extraordinário que reuniu milhares e milhares de cafeicultores, empresários, municípios, Prefeitos, enfim, todos os segmentos do Estado de Minas e de outros Estados, dizer um basta.

Queremos que o próprio governo federal estude uma solução efetiva para a cafeicultura.

Ouvimos agora há pouco a leitura, feita pelo Presidente, das muitas decisões da Mesa. E deixa-nos muito feliz, Sr. Presidente, que V. Exa., entre tantas comissões extraordinárias, decida, pela Mesa, pela instalação de uma comissão extraordinária para tratar com muito cuidado e especificidade da crise de Minas Gerais. Essa comissão, Sr. Presidente, foi criada, a requerimento de minha autoria, no dia 4 de dezembro, quando participamos de audiência pública na Comissão do Trabalho. O requerimento foi aprovado sob a Presidência da Deputada Rosângela Reis e na presença e com a aquiescência do Deputado Fábio Avelar, para que a Assembleia se inteire da crise e proponhamos ações para Minas e para o Brasil, como estamos fazendo desde dezembro.

Ficamos, portanto, sensibilizados, e quero agradecer ao nosso Presidente a aprovação dessa Comissão, que sugerimos fosse uma comissão especial, mas que foi criada como extraordinária, para tratarmos da situação com muito mais minúcia, ouvindo todos os segmentos produtivos do Estado. Como membro dessa Comissão, proposta em dezembro, e autor do requerimento que solicitou sua instalação, quero que a cafeicultura seja tratada com absoluta prioridade, pensando em toda essa crise e nas situações difíceis pelas quais o empresariado do café está passando. Vamos tratar desse assunto na comissão extraordinária para o enfrentamento da crise, para que a cafeicultura tenha voz e vez e para que todas essas situações sejam relatadas ao governo federal, de quem vamos solicitar uma providência enérgica, para que não percamos sequer mais um dia com tudo o que estamos ouvindo.

Durante entrevista coletiva realizada ontem em Varginha, ouvimos muitas ponderações sobre o assunto e hoje mesmo recebemos de Brasília a informação de que muito em breve a bancada federal, os Senadores e os Deputados vão-se reunir com o Presidente Lula e os nossos Ministros para debater essa grave situação que estamos enfrentando.

Quero falar ainda, Sr. Presidente, da minha satisfação por ter estado presente, com o Deputado Fábio Avelar, na última sexta-feira, na Universidade de Três Corações, onde o nosso Vice-Governador Anastasia esteve para proferir uma aula magna, ao receber o título de cidadão honorário da cidade. Na oportunidade, S. Exa. procedeu à entrega da certificação do café.

Ou seja, sem dúvida, estamos vivendo momentos importantes, e o Parlamento tem de ter sua voz. Pensando nas muitas comissões extraordinárias que já foram aprovadas e hoje deferidas, o Parlamento mineiro, mais do que nunca, neste momento que nos aflige, tem de dar a sua voz, o seu testemunho, para ações significativas do nosso Estado e do Brasil. Tenho certeza de que esse é o papel do Parlamento e que essas comissões hoje instaladas terão um papel importantíssimo no contexto do desenvolvimento, particularmente na geração de empregos - especialmente essa Comissão cuja criação tivemos a honra de sugerir. Com certeza haverá muitos debates junto à sociedade, aos empresários e, particularmente, ao setor da cafeicultura. Esse é o papel do parlamentar, essa é a voz de todos os que estão preocupados, certamente todos os mineiros.

Nós, mais do que nunca, mineiros que somos, vamos unir-nos para fortalecer e cobrar de quem quer que seja, particularmente nesta crise da cafeicultura, que o nosso direito prevaleça. Certamente, Brasília responderá aos cafeicultores, num momento dos mais difíceis da cafeicultura do País e do Estado.

Peço a Deus que tudo caminhe. Estamos, com certeza, dentro do processo da convergência, tranquilizando milhares e milhares de cafeicultores, para que lhes seja assegurado ao menos o direito de trabalhar, de restabelecer a sua cafeicultura dentro da origem e da cultura secular de tantas tradições. Minas já é parte do celeiro da cafeicultura do País.

Tenho certeza, Sr. Presidente, Deputado José Henrique, de que amanhã V. Exa. estará em Manhuaçu tratando dessas ações importantes da cafeicultura. Como fizemos ontem em Varginha e em outras cidades, e como fez o Deputado Domingos Sávio em Oliveira, V. Exa., representando a Assembleia, poderá amanhã formar esse grande corolário em favor da cafeicultura do povo mineiro junto ao governo federal. Tenho certeza absoluta de que essa é uma campanha cívica, à qual o governo federal jamais deixará de responder porque se trata, acima de tudo, da economia do nosso Estado. O governo estadual já fez a sua parte, e fará muito mais. O próprio governo terá a responsabilidade de tratar com seriedade essa questão. Muito obrigado.

O Deputado Fábio Avelar* - Sr. Presidente, Deputado José Henrique, Sras. e Srs. Deputados, público das galerias, telespectadores da TV Assembleia, inicialmente gostaria de cumprimentar a Mesa desta Casa pela feliz iniciativa de criar importantes comissões especiais extraordinárias hoje, com ênfase especial para a Comissão Extraordinária para Enfrentamento da Crise Mundial. Acredito que se trata de uma iniciativa pioneira desta Casa e, certamente, pela capacidade de seus membros, irá apresentar resultados bastante importantes. Cumprimento, portanto, o Deputado Dalmo Ribeiro Silva pelo seu pronunciamento como membro dessa importante Comissão.

Gostaríamos também de falar da nossa satisfação de, ao lado do Prefeito de Três Corações, nosso querido amigo Faustinho, receber nessa cidade o Vice-Governador Prof. Anastasia, que proferiu, na Unicor, uma aula magna que encantou a todos, oportunidade em que recebeu o título de cidadão honorário pelos relevantes serviços prestados à cidade. Sentimos de perto o prestígio e a satisfação de todos os que ali estiveram para participar do momento memorável em que a cidade prestava essa justa homenagem ao nosso querido Vice-Governador.

Na mesma solenidade, como já dito aqui pelo ilustre Deputado Dalmo Ribeiro Silva, houve a certificação de produtores de café. Cerca de 42 empresários da região receberam seus certificados, com validade de um ano, pela excelência na produção de café, que atende requisitos importantíssimos para melhorar a qualidade e, certamente, com uma melhor valorização do produto.

Gostaríamos de cumprimentar o amigo Prefeito pela organização do encontro, que aconteceu durante todo o dia, na cidade de Três Corações, onde recebemos o nosso querido Governador, acompanhado de toda a sua equipe. Contamos também com a presença do Sr. Gilman, Secretário de Agricultura, dos membros de toda a sua equipe e de vários Deputados Federais, assim como o Deputado Estadual Dalmo Ribeiro Silva.

Sr. Presidente e Deputado Padre João, gostaríamos de tratar nesta tarde um segundo assunto, referente a algumas matérias veiculadas pela mídia no último fim de semana. Vamos iniciá-lo, aqui, por meio de uma matéria publicada no jornal "Estado de Minas" - "Aviação" -, Caderno Veículos, pág. 6, escrita por Antônio do Nascimento, que faz uma pequena reflexão sobre um momento que já vivemos e que agora volta a preocupar todos nós, mineiros, principalmente aqueles moradores do entorno da região da Pampulha, com a possibilidade de retorno da operação de aeronaves de grande porte no Aeroporto da Pampulha.

Ele abre a sua reportagem, que é muito importante porque retrata a história do Aeroporto da Pampulha de maneira bastante sintética, dizendo: "Insistir no erro. Parece que a Anac pretende repetir o engano do DAC quando permitiu que todos os vôos domésticos voltassem a operar no Aeroporto da Pampulha". Ele faz aqui uma reflexão, retornando à época de 1989, quando, no Aeroporto da Pampulha, só operavam as empresas regionais que voavam com aeronaves turboélices. Diz a reportagem: "Na época, operavam os Fokkers 27 e 50 e o Dash 8. Quando a TAM se constituiu como empresa regional, o Comte. Rolim trabalhou nos bastidores e conseguiu substituir os seus velhos Fokkers 27 pelos Fokkers 100, nas operações do Aeroporto da Pampulha. Atrás deles vieram os Boeings 737 da empresa Rio Sul, mais adiante substituídos pelos Embraer 145. As empresas domésticas operavam no Aeroporto Internacional de Confins. Na época, ainda não tinha sido incorporado o nome Tancredo Neves. Espertamente a TAM começou a concorrer com as empresas que realizavam o transporte doméstico. A grita foi geral, e o DAC, para contentar a todos, permitiu que todo o tráfego doméstico viesse para a Pampulha". Ai, como todos sabemos, o caos foi total.

Por mais de 20 anos, tivemos um aeroporto - o Aeroporto Internacional Tancredo Neves, ainda hoje um dos mais modernos do País - que permaneceu totalmente, esquecido, obsoleto, sem condições de atender à finalidade para o que foi projetado. Com muita luta, conseguimos, por meio de uma iniciativa desta Casa, que a atividade voltasse a Confins. Não temos dúvida alguma do sucesso dessa conquista de nove meses, que foi imediatamente incorporada pelo Governador Aécio Neves e toda a sua equipe. Até as pessoas que anteriormente se mostravam contra já atestam hoje que foi uma das medidas mais acertadas, tendo em vista o crescimento e o desenvolvimento que a nossa aviação atingiu. Essa foi a abordagem inicial feita pelo "Estado de Minas".

Na imprensa do Rio, tivemos também comentários sobre a grande aberração e o retrocesso que foi a volta da operação de grandes aeronaves no Aeroporto Santos Dumont. Há uma reportagem de Régis Fichtner, do jornal "O Globo", que foi publicada também no dia 14 de março, cujo título é "Ameaça ao Galeão", e que faz uma analogia com o que aconteceu aqui em Minas Gerais, quando diz que, até 2005, quando o DAC permitia que do Santos Dumont decolassem aviões para algumas das principais Capitais brasileiras, esse aeroporto funcionava com sua capacidade máxima e o saguão vivia repleto de passageiros.

Entretanto, a superutilização desse aeroporto gerou o esvaziamento do Galeão. Em consequência disso, a portaria do DAC limitou a operação do Aeroporto Santos Dumont, o que provocou o seu renascimento, tendo em vista que se havia tornado totalmente ocioso, entregue às traças, com vários danos provocados pela falta de manutenção.

Pois bem, senhores, com a derrubada da portaria, permitindo o retorno da atividade ao Santos Dumont, tivemos outra importante matéria veiculada pela "Valor Econômico", de São Paulo: "Dez companhias pedem para operar no Santos Dumont". É evidente que constatamos, mais uma vez, que essa atividade provocará uma impressionante queda na utilização do Galeão, conforme informam todas as reportagens, já tendo sido constatado um decréscimo de cerca de 40% de uso da sua capacidade. Faço uma referência a essas reportagens para retomar o caso mineiro, que é bem diferente do de Santos Dumont. Nossa realidade é outra, porque, além de conviver com as dificuldades próprias de operações nos grandes centros, o Aeroporto da Pampulha ainda está localizado numa área de concentração de mais de 300 mil pessoas. Conforme atestam essas mesmas reportagens, sabemos que o Aeroporto de Confins não oferece condições de segurança exigidas pela aviação moderna. Nele foi constatada maior incidência de manobras perigosas, como aquela em que, no início do processo de aterrissagem, por falta de visibilidade ou de condições, o piloto tem de fazer outra aterrissagem - o nome técnico é arremetida. O outro problema ocorre quando há chuvas intensas e, em virtude da aquaplanagem e da falta de pista de escape, a operação se torna muito perigosa. É por essas e outras razões que não podemos mais aceitar o retorno dessa atividade.

O texto final da reportagem do "Estado de Minas", que achei muito interessante, é o seguinte: "a Anac tem, entre suas atribuições, o fomento das atividades ligadas à aviação civil, mas, se curvar-se aos interesses das empresas aéreas, estará repetindo um erro do passado, e repetir erro é burrice".

Gostaria de dizer que esta Casa, com o apoio de todos os colegas Deputados, está atenta. De forma efetiva, estamos tomando algumas iniciativas preventivas. Afirmamos com grande segurança que, pela nossa avaliação, entendemos ser impossível, para a tranquilidade de todos nós, mineiros, o retorno dessa atividade à Pampulha. Por que digo isso? Como todos sabem, conforme já foi amplamente divulgado, o

Aeroporto da Pampulha não tem licenciamento ambiental para sua operação. A par da situação e preocupado com o retorno dessa atividade para a Pampulha, imediatamente contatamos a Secretaria de Estado de Meio Ambiente, por meio do Subsecretário Ilmar Bastos, falamos da nossa preocupação e solicitamos àquela Subsecretaria procedimentos junto à Infraero com o objetivo de dar início ao processo de licenciamento operacional corretivo.

As medidas foram iniciadas. Recebi uma cópia do ofício do Subsecretário de Gestão Ambiental Integrada daquela Subsecretaria, Dr. Ilmar Bastos, informando-nos que a Infraero já foi notificada para, no prazo de 30 dias, encaminhar à Secretaria de Estado de Meio Ambiente o chamado e conhecido Formulário de Caracterização de Empreendimento - FCE -, para apreciação. Ela tem um prazo legal de 30 dias para iniciar o processo. Ao receber o FCE, imediatamente a Infraero será convocada pela Secretaria do Meio Ambiente para que se faça um termo de ajustamento de conduta - TAC -, em que serão acertadas e pactuadas as condições para a liberação do Aeroporto da Pampulha, até que se conclua o processo do licenciamento operacional corretivo e definitivo. Essa é uma segurança que temos. Em conversa com o nosso Subsecretário, tivemos informações de que, durante esse processo, no TAC, será solicitada a manutenção da atividade que vem sendo realizada hoje, como determina a Portaria nº 593/2007 da Infraero. De posse dessa documentação, estivemos, com o nosso Presidente, Deputado Alberto Pinto Coelho, no Ministério Público Estadual para apresentar toda a documentação que está em posse desta Casa: o relatório da nossa primeira comissão, criada em 2004, que culminou com a transferência dos vôos para Confins; o relatório final da nossa comissão de 2008, realizada mediante requerimento do Deputado Alberto Pinto Coelho, a qual teve o privilégio de presidir; e também a documentação encaminhada pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente. Então solicitamos ao Ministério Público Estadual que tomasse as providências cabíveis para impedir o retorno dessa atividade para a Pampulha. Em resposta a esse nosso encontro, o Dr. Alceu, Procurador-Geral, de pronto informou-nos que estava recebendo toda aquela documentação e que, imediatamente, estaria iniciando estudos e fazendo, se necessário, um trabalho com o Ministério Público Federal. Aliás, o Ministério Público Federal também recebeu da nossa Comissão um requerimento sugerindo a este Ministério um estudo da possibilidade de implantar uma medida cautelar, tendo em vista os iminentes riscos impostos aos passageiros e à população do entorno da Pampulha, caso essa atividade retorne para lá.

Sãos essas, Sr. Presidente, já concluindo e agradecendo a sua paciência, as informações que gostaríamos de trazer aqui a todos as senhoras e senhores. Estaremos atentos e precisamos de todos os Srs. Deputados para, se necessário, fazermos uma grande mobilização, juntamente com toda a comunidade, associações que tenham ligação com essa atividade para lutar e mostrar que Minas Gerais não aceitará o retorno dessa atividade à Pampulha, ou seja, a operação de aeronaves de grande porte. Ao concluir, queremos dizer que temos recebido o apoio de toda a equipe do Governador Aécio Neves, que tem demonstrado um posicionamento firme, contrário a esse processo, tendo em vista que, além de todos os prejuízos e riscos que temos, poderemos comprometer todo um planejamento de um governo para fomentar, revitalizar e provocar o grande desenvolvimento da malha da aviação regional do nosso Estado. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Getúlio Neiva - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, caros telespectadores.

Deputado Fabinho Avelar, a sua defesa é importantíssima para Minas Gerais. A questão do Aeroporto da Pampulha envolve todos os mineiros. É absolutamente necessário que, para o plano aeroviário de Minas Gerais, sobretudo para as grandes obras que estão sendo realizadas pelo governo de Minas nos aeroportos de nosso Estado, a Pampulha seja preservada para os vôos regionais.

Veja, meu caro companheiro Deputado Fábio Avelar, que estamos com o projeto do aeroporto de Nanuque em andamento, para fazer as linhas aéreas Belo Horizonte-Nanuque e Mucuri-Teixeira de Freitas-Porto Seguro. Estamos com os projetos dos aeroportos de Araçuaí, Almenara e Teófilo Ottoni já em fase de orçamento; o de Águas Formosas está na fase inicial de projeto. Uma linha aérea na região, como V. Exa. sabe, pois a conhece bem, é absolutamente necessária. Estamos a quase 800km de Salto da Divisa. Tivemos vários Prefeitos que morreram na BR-381, em função desse desastre da falta de assistência do governo federal. Sem aeroporto não há como Minas Gerais se desenvolver, pois somos um Estado do tamanho da França. É preciso que haja uma infra-estrutura aeroportuária muito boa e adequada.

O seu discurso vem ao encontro de um agradecimento que propus fazer aqui na Assembleia ao Dr. Oiser, do Deop, que cuida dessa parte, em função do grande trabalho que vem sendo feito, sobretudo pelo Secretário de Transportes, Fuad Noman, apesar da falha dos recursos federais, que tinham de chegar à Secretaria. O governo do Estado tem coberto essa falha, esse atraso no repasse para a criação de uma infra-estrutura aeroportuária condizente com o Estado de Minas Gerais.

Nesse aspecto, meu caro Deputado Fábio Avelar, seu pronunciamento nesta Assembleia, sempre em defesa da Pampulha como um aeroporto regional, interessa a todos os mineiros. Realmente, não podemos deixar que a Infraero, a Anac ou quem quer que seja metam o bico para atrapalhar o projeto de regionalização da aviação em Minas Gerais. O trabalho tem de ser feito por nós todos. A sua convocação terá sempre a minha presença para ajudá-lo nessa tarefa, que é uma bandeira permanente de V. Exa. há vários anos aqui nesta Assembleia. Daremos suporte à sua luta.

Mudaremos um pouco o nosso discurso porque hoje vários colegas se pronunciaram a respeito do grande drama da BR-381. Temos uma frente parlamentar, da qual faço parte, em defesa da duplicação dessa BR. É um assunto polêmico. Lembro-me muito bem de que Israel Pinheiro Filho, quando Secretário de Estado, acabou sendo demitido do governo em função de sua determinação na luta em defesa da duplicação da BR-381. Muito pouca gente sabe que o Secretário foi defenestrado porque não concordava com o governo federal em não aplicar recursos na duplicação da BR-381, até mudando o seu trajeto e reduzindo a distância de Belo Horizonte a Governador Valadares em quase 70km. Então, um Secretário de Estado perde o cargo por causa da BR-381. Dezenas, talvez centenas de pessoas perderam as vidas nessa BR.

Portanto, gostaria de fazer um apelo ao Presidente Lula. Fala-se tanto dos recursos do PAC para as obras, mas as coisas não acontecem. Farei um comparativo. No ano passado, o governo federal anunciou que conseguiu construir 1.320km de estradas federais. A China manteve, ao longo dos últimos 10 anos - esses dados são do ano passado -, uma média de 40.000km de novas rodovias, estradas e pontes. Ora, a China, há até pouco tempo, era considerada um país de Quarto Mundo - não de Terceiro -, em função da sua grande população e grande miséria, com 1.300.000.000 de habitantes; e o Brasil, que disputa entre os emergentes como um país que já faz parte do Bric, não consegue fazer mais de 1.700km de estradas ao ano. Temos de comparar, pois assim vemos a realidade. O governo Lula precisa entender a necessidade de dar a Minas Gerais um tratamento diferenciado. A malha rodoviária federal de Minas é a maior do País. Por ser um Estado mediterrâneo, servimos a todos os Estados brasileiros. Ora, não é possível servir à Bahia, a Sergipe, a Alagoas ou ao Centro-Oeste - Brasília, Mato Grosso do Sul, Goiás - com essas estradas que passam por Minas, se há um gargalo de falta de investimento federal nas rodovias federais.

Lembro-me de que, desde o governo Itamar Franco, há uma disputa em relação às rodovias federais. Itamar Franco já se propunha, e Aécio Neves tem-se proposto a fazer o serviço, basta que o governo federal transfira os recursos. O governo federal tem problema para realizar projetos, não consegue fazê-los e realizar as licitações, portanto deveria repassar o dinheiro a Minas Gerais, pois o Estado tem competência para fazer os projetos e realizar as obras rapidamente. Isso tem de ser reconhecido não como um demérito para o governo federal; ao contrário, tem de ser o reconhecimento de que governar o Brasil não é fácil. Trata-se de um território gigantesco, com um volume de problemas muito grande, e a máquina estatal federal não está azeitada o suficiente para bancar o volume de recursos que dizem existir no PAC. Darei um exemplo típico: quando fui Prefeito de Teófilo Ottoni, em 2003, consegui um recurso para quadruplicar a pista da Rio-Bahia, a BR-116, na área urbana da cidade. Quando o projeto ficou pronto, havia uma previsão de 424 desapropriações. Em visita ao DNER, no Rio de Janeiro - naquela época, tudo funcionava nessa cidade -, o pessoal do próprio DNER me confessou que não daria tempo de executar toda a obra no meu mandato porque gastariam de dois a três anos para fazer essas 424 desapropriações. Fiz o quê? Propus ao DNER um convênio com a Prefeitura e me comprometi a fazer as desapropriações em seis meses, e as fiz. As obras ficaram prontas em 1987. Vejam, se o Estado é

mais competente, mais rápido para fazer o projeto, as licitações e as obras, é preciso, então, sensibilizar o nosso Presidente, a quem meu Partido apóia, para a idéia da transferência dos recursos a Minas Gerais para que possa realizar as obras. O Estado é mais azeitado, mais competente para realizar as obras. Aliás, mesmo quando fui Deputado Federal, sempre defendi a idéia de que o governo federal não deveria realizar obra alguma. A obra estadual é mais barata que a federal, e a municipal mais barata que a estadual e a federal. Tem de haver uma economia de escala. Temos de mudar essa idéia de que o governo federal tem de fazer tudo. Ora, estamos numa Federação e temos de reconhecer que os Estados membros dessa Federação são parte da nação brasileira e que, com a colaboração desses Estados, será mais fácil realizar as obras de infra-estrutura de que o País precisa com tanta urgência. Não adianta dizer que vamos enfrentar a crise investindo muito em infra-estrutura, porque isso fica só na conversa. Sabemos que o DNIT, o Ministério dos Transportes não funcionam com a agilidade necessária ao desejo do próprio Presidente da República. Lembro-me de o Sarney, quando Presidente da República, dizer isso nas páginas amarelas da revista "Veja". Qualquer governante vai-se surpreender. Entre o que ele fala, o que ele quer, o que ele deseja e aquilo que a competência instalada do governo federal pode fazer há uma distância enorme. Então, o que pregamos, também na área rodoviária, é que a nossa bancada mineira lute um pouquinho mais para que o dinheiro seja colocado nas mãos do Estado.

Citarei um exemplo típico: a estrada de Itaobim a Jequitinhonha está uma droga, é uma estrada federal. O trecho de Jequitinhonha para Almenara é bom, é mantido pelo Estado. Outro exemplo: agora está saindo recurso para a BR-116, no trecho que liga Campanário à divisa com a Bahia. A estrada está cheia de buracos, desassistida, sem acostamento. No entanto, a Rodovia do Boi, que é a BR-418, que sai de Teófilo Otôni até a divisa da Bahia, que é delegada ao DER, está um brinco, uma maravilha. Está mais do que provado que o Estado é mais competente do que o governo federal para fazer obras de infra-estrutura. Então, vamos pedir ao governo federal, ao nosso companheiro Lula, que nós ajudamos a eleger e a cujo governo damos suporte, que acredite no governo de Minas e repasse os recursos ao governo do Estado, que o governo é competente para fazer essas obras.

Aproveitando esta oportunidade, Sr. Presidente, falarei sobre assuntos diversos. Vamos receber em Teófilo Otôni o Projeto Uai. Tínhamos o Projeto Psiu, e agora haverá a ampliação, já estamos olhando um prédio na Avenida Doutor Luiz Boali. Esse Projeto Uai será muito importante para Teófilo Otôni. Outro aspecto importante que gostaria de destacar é que a Banda de Música do 19º Batalhão recebeu equipamentos novos, a nosso pedido, do Governador do Estado. Ela está fazendo um trabalho belíssimo, não só de tocar nas solenidades e alegrar as cidades da região - viajando na sexta-feira para Nanuque, indo a uma cidade quase todos os finais de semana -, mas está dando aula para os meninos, ensinando-lhes música e fazendo musicoterapia nos hospitais. Trata-se de um trabalho magnífico da nossa Banda de Música do 19º Batalhão, comandada pelo Ten. Duarte, a quem mando um abraço e em cuja pessoa cumprimento todos os componentes da banda por essa forma maravilhosa de compartilhar com a sociedade a alegria da música.

Quero refletir aqui, meu caro Presidente, sobre uma reunião que houve nessa segunda-feira em Varginha. Estive com vários produtores de café da região. Vieram aqui, visitaram a Assembleia, foram ao meu gabinete e hipotequei a minha solidariedade. Achei estranho o Prefeito de Varginha falar que Lula vai receber os produtores, mas sem político. Lá estava cheio de Deputados Federais e Estaduais, convocados pelos cafeicultores, e o Prefeito fala que o Lula vai receber todos, mas sem político. Que engraçado, não é? O Prefeito na contramão de todos os produtores de café da região. Os produtores estão pedindo suporte político, e o Prefeito dizendo que não precisa, que Lula resolve. Ora, se o Lula resolve, por que não resolve antes? Se o Prefeito tem tanto prestígio com o Lula, por que não telefonou para ele para resolver? Se tem prestígio, dá um telefonema e resolve. A questão na área do café é muito séria. O pessoal teve um crescimento dos insumos da ordem de 600% nos últimos anos, enquanto a safra de café cresceu 22% no valor. O pessoal está em sinuca-de-bico. Daqui a pouco terá de fazer como se fez no governo pouco antes da ditadura, na década de 60: pagar para erradicar, pagar para tirar os pés de café porque não são produtivos. O produtor não consegue manter a sua produção com preços competitivos, então é preferível fazer um programa para erradicar logo o café. O Brasil é o maior produtor de café do mundo; Minas Gerais é o maior produtor de café do Brasil; a Alemanha é o maior exportador de café brasileiro do mundo. Será que esse pessoal não entende de economia? Não verifica a necessidade de pegarmos o nosso café e exportá-lo e vendê-lo mais ou menos ao preço que vende a Alemanha, que é três vezes o preço que se paga ao produtor? O que está no meio do caminho? Por que a Alemanha pode vender o café brasileiro por um preço três vezes maior que o pago ao produtor no Brasil e não podemos fazê-lo? Não temos o Ministério das Relações Exteriores? Não possuímos adidos culturais e econômicos nas embaixadas e consulados que estudem uma forma de compensação para os produtores de café? Seria uma forma de o Brasil colocar lá fora sua indústria de café; seria uma forma de exportar para o mundo inteiro, onde quer que seja, Alemanha, Espanha ou França. Então que se possa montar uma central de distribuição do café brasileiro. Por que a diplomacia brasileira não age com esse objetivo, se os industriais alemães estão exportando o café por um valor três vezes maior que o pago no Brasil? Estranhamos isso.

Sr. Presidente, para encerrar, agradecemos a visita, ao nosso gabinete, do Prefeito Nide, de Nanuque, e do Prefeito Carlinhos Gato, de Bandeira, que são meus amigos e estão sofrendo. Fizemos um levantamento e verificamos que o Prefeito Carlinhos recebeu, no ano passado, cerca de R\$55.000,00 de ICMS e, neste ano, está recebendo R\$40.000,00. A situação está feia. As pessoas não estão acreditando que há crise, mas há. Os Municípios estão quebrados, e a situação irá piorar se não houver ação do Estado, que precisou tomar medidas emergenciais - postergar o pagamento do ICMS -, no fim do ano passado, para tentar controlar parte da crise. Segundo o caro Deputado, é uma marolinha. É um tsunami e é violento. Temos de aceitar que existe uma crise, e providências precisam ser tomadas. A partir de fevereiro, iniciou-se a recuperação dos impostos que foram postergados no ano passado. Mas, ainda assim, a situação é crítica, Sr. Presidente. Todos nós, que trabalhamos com Prefeitos, sentimos no coração vê-los demitir pessoas, não terem dinheiro para pagar a gasolina para as ambulâncias rodarem. A situação está muito feia e é necessário encontrar uma saída. Nos Vales do Mucuri e do Jequitinhonha, tivemos duas grandes compensações: a Copanor começa a atuar agora, gerando empregos em cada povoado, em cada distrito; e o projeto Travessia será implantado em 27 Municípios da região, entre os 35 eleitos no Estado. Serão investidos, em cada Município, R\$800.000,00 em infra-estrutura. Enquanto isso não acontece, é preciso haver certa compreensão. Faço um apelo à Secretaria de Fazenda para verificar se há possibilidade de mudança de data da contabilização dos recursos que entram para transferência aos Prefeitos. Da mesma forma, a AMM apela para que possamos sensibilizar o governo federal para reduzir os 6% que se descontam do INSS, do FPM de cada Prefeitura, para 2% ou 3%, provisoriamente, enquanto a crise passa, ou que não sejam descontados nos próximos seis meses, para que os Prefeitos do interior cubram suas despesas e não precisem demitir. São assuntos variados que tratamos aqui, nesta tarde, com o beneplácito do Sr. Presidente, que me permitiu ultrapassar o tempo. Agradeço a oportunidade, Presidente Deputado Fábio Avelar.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 17/3/09, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Chico Uejo

nomeando Willians Machado Leão para o cargo de Motorista, padrão VL-26, 4 horas.

Gabinete da Deputada Gláucia Brandão

exonerando, a partir de 23/3/09, Rachel Neves Dourado do cargo de Assistente Técnico de Gabinete II, padrão VL-47, 8 horas;

exonerando, a partir de 23/3/09, Tatiane Ferreira dos Santos do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;

nomeando Carlos de Matos Bonfá para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 8 horas;

nomeando Francina Maria Monteiro Ribeiro para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete II, padrão VL-28, 8 horas;

nomeando Rachel Neves Dourado para o cargo de Secretário de Gabinete II, padrão VL-36, 8 horas;

nomeando Ramon Raimundo Romagnoli Costa para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas.

Gabinete do Deputado Wander Borges

exonerando, a partir de 23/3/09, Carla Elias de Souza do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete II, padrão VL-28, 8 horas;

exonerando, a partir de 23/3/09, Christian Bernardo Sepulveda Toffalini do cargo de Auxiliar Técnico Executivo II, padrão VL-52, 8 horas;

exonerando, a partir de 23/3/09, Fernando Antônio Lopes Alves do cargo de Técnico Executivo de Gabinete, padrão VL-55, 8 horas;

exonerando, a partir de 23/3/09, Neiva de Fátima das Graças Castro Magalhães do cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão VL-19, 4 horas;

nomeando Carla Elias de Souza para o cargo de Secretário de Gabinete, padrão VL-34, 8 horas;

nomeando Christian Bernardo Sepulveda Toffalini para o cargo de Auxiliar Técnico Executivo, padrão VL-50, 8 horas;

nomeando Fernando Antônio Lopes Alves para o cargo de Auxiliar Técnico Executivo I, padrão VL-51, 8 horas;

nomeando Neiva de Fátima das Graças Castro Magalhães para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 8 horas;

nomeando Sérgio Mendes Pires para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 8 horas.

Nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, e 5.179, de 23/12/97, c/c as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

exonerando, a partir de 23/3/09, Lindomaura Alves da Silva do cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão VL-31, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança dos Democratas;

nomeando César de Tarso Gomes Pinto para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 8 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;

nomeando Geani Ribeiro Costa para o cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão VL-31, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança dos Democratas.

Nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, da Lei nº 9.384, de 18/12/86, e da Resolução nº 5.203, de 19/3/02, assinou os seguintes atos:

exonerando Guilherme Oliveira Fonseca do cargo em comissão e de recrutamento amplo de Assistente Legislativo I, padrão VL-36, código AL-EX-02, do Quadro de Pessoal desta Secretaria com exercício no Gabinete da Presidência;

nomeando Frederico Oliveira Fonseca para o cargo em comissão de recrutamento amplo de Assistente Legislativo I, padrão VL-36, código AL-EX-02, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício no Gabinete da Presidência.

Nos termos do inciso VI, art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, 9.437, de 22/10/87, e 9.748, de 22/12/88, e Resolução nº 5.105, de 26/9/91, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

nomeando Lindomaura Alves da Silva para o cargo de Assistente Administrativo, VL-36, código AL-EX-01, com exercício no Gabinete do Deputado Delvito Alves, Vice Líder do Governo.

Nos termos da Resolução nº 800, de 5/1/67, c/c as Deliberações da Mesa nºs 363, de 29/3/89, e 1.541, de 29/4/98, e tendo em vista o Parecer da Mesa tomado em sua reunião, de 9/3/09, assinou o seguinte ato:

prorrogando a disposição da servidora Ione da Costa Pereira Gama, ocupante do cargo de Agente de Execução das atividades da Secretaria, padrão VL-31, do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria, para o Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais, para continuar a prestar serviços no Cartório da 102ª Zona Eleitoral, de Divinópolis, no período de 1/1 a 31/12/09, com ônus para esta Casa.

IPLEMG

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 13.163, de 1999, Regulamento Geral e Regimento Interno da Assembleia Geral do Iplemg, certificamos que deu entrada, no prazo da lei, tendo sido registrada, em obediência à norma, a chapa completa que tem como candidato à Presidência o Sr. Gerardo Renault, para concorrer à eleição da Assembleia Geral do Instituto de Previdência do Legislativo do Estado de Minas Gerais - Iplemg - para o biênio 2009-2011 - março de 2009 a março de 2011, convocada para o dia 26/3/2009, das 9 horas às 17 horas, na sede do Instituto, nos termos do edital publicado no Diário do Legislativo".

Presidente: Gerardo Henrique Machado Renault; Vice-Presidente: Emílio Eddstone Duarte Gallo; Diretor Financeiro: João Marques de Vasconcelos; Vice-Diretor Financeiro: José Bonifácio Mourão. Conselho Deliberativo: Efetivos: Deputados Antônio Júlio de Faria, Dilton Luiz de Melo e Dinis Antônio Pinheiro; Domingos Sávio Teixeira Lanna; Deputado Mauri José Torres Duarte; João Carlos Ribeiro de Navarro; Geraldo da Costa Pereira; Deputado Sebastião Helvécio R. de Castro; Ermano Batista Filho; Roberto Mauro Amaral. Suplentes: Deputado Dalmo Ribeiro da Silva; Roberto Luiz Soares de Melo; Deputados Hely Tarquínio, André Quintão Silva e José Alves Vianna; Ambrósio Pinto; Deputado Luiz Sávio de Souza Cruz; Mauro Lobo Martins Júnior; Maria Helena Costa Albergaria; Deputado Ivair Nogueira. Conselho Fiscal: Efetivos: Deputados Elmiro Alves Nascimento e José Henrique Lisboa Rosa; Nelson José Lombardi. Suplentes: Deputado Gilberto Wagner M. Pereira; Anthero Rocha; Márcio da Silva Cunha.

Alberto Pinto Coelho, Presidente Nato do Conselho Deliberativo. Registro em 20/3/2009. João Alves Cardoso, Superintendente-Geral do Ipleng e Secretário do Conselho Deliberativo.

Termo de Aditamento

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Odontotécnica MC Ltda. Objeto: manutenções preventiva e corretiva dos equipamentos odontológicos. Objeto deste aditamento: prorrogação do contrato original. Vigência: 12 meses a partir da assinatura. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009 (3.3.90.39).

TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Aqui Vale - Associação Civil Cultural e de Desenvolvimento Social do Vale do Jequitinhonha. Objeto: doação de bens moveis inservíveis. Licitação: dispensada.

TERMO DE CONTRATO

Contratante (doadora): Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada (donatária): Município de Felizburgo. Objeto: doação de bens móveis inservíveis. Licitação: dispensada.